

3.5. Aspectos Sócio-ambientais

Apresentação

Este relatório apresenta análise sócio-ambiental do primeiro período de implementação do PRODETUR e recomendações para o segundo período, no Pólo Litoral Sul. O estudo contribui para a caracterização dos investimentos diretos e indiretos que potencializaram a atividade turística nesta região e avalia os desdobramentos no campo ambiental e sócio-cultural. As transformações geradas pelo turismo são identificadas de modo a avaliar que medidas precisam ser adotadas nesta segunda fase para que esta atividade adquira qualidade crescente e ofereça um horizonte de sustentabilidade para a economia e ambientes destas regiões.

A *Costa do Cacau* é uma zona turística de alta relevância para o turismo litorâneo baiano, tem na cultura do cacau, na literatura de Jorge Amado abordando o município de Ilhéus, nas florestas costeiras e nos costões rochosos entre Serra Grande e Itacaré seus principais atrativos turísticos. A Costa do Dendê também é uma zona turística de alta relevância no turismo litorâneo baiano, e tem no Arquipélago de Tinharé-Boipeba e na Baía de Camamu, integrada à Península de Maraú, seus principais atrativos turísticos, ambos marcados por um amplo e complexo ecossistema estuarino e insular, que compõe toda esta sub-região litorânea.

Os estudos levaram em consideração um conjunto de publicações que caracterizam esta zona turística, visitas de campo e um conjunto de entrevistas feitas nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2003. Neste período, a atividade turística vivia mais um momento de alta estação, em virtude do verão. As impressões geradas neste período foram, portanto muito úteis para obter informações do turismo em sua plenitude, incluindo seus desdobramentos negativos. Após um ciclo de investimentos públicos e privados, entre 1995 e 2002, esta região já apresenta uma intensa atividade turística, e o verão de 2003 revelava este dinamismo sócio-econômico presente nas duas zonas turísticas, bem como suas lacunas e fatores limitantes.

Alguns textos são fundamentais para este documento, e os mesmos são identificados claramente no relatório como adaptações, a exemplo do texto sobre Corredor Central da Mata Atlântica, recentemente publicado por Fonseca et alii.

O conteúdo deste relatório foi dividido em quatro partes, com base no termo de referência que se refere à avaliação dos aspectos sócio-ambientais do PRODETUR I. A partir de uma releitura dos autores, os assuntos foram agrupados em:

1. Quadro Ambiental;
2. Instrumentos, Órgãos e Instituições;
3. Corredor Central da Mata Atlântica, e
4. Recomendações e Conclusões.

A primeira parte, mais ampla, trata do quadro ambiental nestas três zonas turísticas. O relatório reproduz informações básicas sobre:

- Ecossistemas - os principais ecossistemas, com ênfase nos mais relevantes para o turismo (praias, dunas, recifes de corais, remanescentes de mata, manguezais, rios, estuários, restingas, brejos, campos);
- Áreas Protegidas - as áreas protegidas, de preservação e unidades de conservação, bem como características da legislação aplicável, conflitos e propostas para gestão;
- Capacidade de suporte dos recursos naturais (bacias hidrográficas, terrenos, praias).

Na segunda parte são avaliadas as estruturas que atuam com a questão do meio ambiente, como:

- Órgãos e Instrumentos reguladores;
- Instituições de Meio Ambiente - Área de cobertura de monitoramento dos recursos ambientais pelos órgãos do meio ambiente (água, ar, solo, subsolo, vegetação e fauna);
- Iniciativas de proteção e conservação ambiental do terceiro setor.

A terceira parte do capítulo identifica a questão dos corredores ecológicos e o Corredor Central da Mata Atlântica.

Finalizando, há um resumo com as principais conclusões e recomendações.

As informações relativas aos impactos do PRODETUR NE I, que deveriam abrir este capítulo, são minuciosamente apresentadas e analisadas no Capítulo 2 – Avaliação do PRODETUR NE I. Naquele capítulo são analisados os impactos dos investimentos do PRODETUR I sobre o meio ambiente e populações tradicionais e vulneráveis, e em seguida os esforços de conservação e promoção ambiental, e sua manutenção. Em que pese um conjunto de investimentos realizados pelo PRODETUR em alguns locais nas zonas turísticas em questão, esta identificação e análise reconhece que não somente as iniciativas deste programa, mas da atividade turística e dos investimentos governamentais e privados associados a ela, carecem de ordenamentos e retificações.

Quadro Ambiental

Ecossistemas Costeiros

A região costeira da Bahia, em sua totalidade, fazia parte em 1500 do que os ambientalistas brasileiros chamam de Domínio Original da Mata Atlântica. Este Bioma reúne um conjunto de ecossistemas associados, tendo a Floresta Ombrófila Densa como ecossistema principal, junto aos manguezais, restingas e campos. No espaço marinho, praias, dunas e recifes de corais completam esta rede de ecossistemas presentes na Costa do Dendê, enquanto as praias e fragmentos de corais completam a rede na Costa do Cacau. Os dados existentes concentram-se na região continental, havendo raras informações sobre os recifes de corais desta costa, mesmo sendo estes de grande relevância espacial e biológica, assim como para o turismo de natureza, em desenvolvimento na APA de Tinharé Boipeba e na APA de Maraú.

Os dados de vegetação presentes nos municípios do Pólo Litoral Sul, embora já desatualizados, foram identificados em 1998, através de imagens de satélite Landsat, pelo

então Departamento de Desenvolvimento Florestal, hoje Superintendência de Unidades de Conservação e Florestas, da Secretaria de Meio Ambiente da Bahia (ver tabela abaixo).

Tabela 3.5.1 – Tipos de Vegetação da Costa do Dendê

Tipos de vegetação	Cairu	Camamu	Ituberá	Maraú	Nilo Peçanha	Taperoá	Valença	Igrapiúna
Floresta Estágio Primário	-	7.940	-	2.826	3.270	-	-	-
Floresta Estágio Médio/Avançado de Regeneração	3.820	12.513	4.827	9.979	8.428	6.554	7.102	8.307
Floresta Estágio Inicial de Regeneração	7.768	3.429	2.510	1.835	2.803	5.367	11.044	3.616
Manguezal	8.599	5.410	3.305	2.486	1.445	784	3.031	5.765
Restinga	8.547	1.304	4.678	9.336	2.265	0	1.717	792
Brejo	6.387	1.603	2.331	6.934	1.743	404	2.322	1.878
Mata Ciliar	-	-	-	-	-	-	-	-
Área Antropizada	3.672	21.976	17.752	5.582	6.598	23.642	90.095	13.626
Agropecuária Cacau	-	28.514	3.114	40.146	12.887	3.413	-	11.872
Rio Perene	7.025	7.560	2.833	4.678	376	762	3.460	6.703
Cidade/Localidade	7	31	82	35	22	56	401	11
Total	45.890	90.285	41.444	84.044	39.862	40.982	119.198	52.575

Fonte: DDF

Tabela 3.5.2 – Área por Ecossistema (Ha)

	Canavieiras	Ilhéus	Itacaré	Santa Luzia	Una	Uruçuca
Floresta Estágio Primário	-	3.823	4.378	-	5.769	1.250
Floresta Estágio Médio/Avançado de Regeneração	22.142	14.033	13.059	15.428	29.806	2.068
Floresta Estágio Inicial de Regeneração	4.215	14.236	6.855	177	5.140	3.117
Manguezal	6.115	775	-	-	1.212	-
Restinga	16.606	2.197	1.076	-	1.484	-
Brejo	1.662	861	983	-	803	-
Mata Ciliar	16	164	310	488	847	120
Área Antropizada	56.335	37.620	9.172	21.080	27.041	3.746
Agropecuária Cacau	21.582	105.426	37.185	35.871	42.964	20.773
Rio Perene	4.119	1.897	917	-	931	-
Lago/Lagoa Perene	235	812	5	-	2	-
Cidade/Localidade	173	1.311	27	55	40	82
Total	133.199	183.155	73.967	73.098	116.039	31.155

Fonte: DDF

Os dados do então DDF, em que pese as limitações metodológicas com a interpretação de imagens de satélite naquele período, apontam em grandes números uma realidade ambiental nos municípios costeiros pouco surpreendente, mas de qualquer forma reveladora para decisões no campo ambiental. De fato, é sabido que a área de floresta primária está muito restrita nesta região, e concentra-se nos municípios de Nilo Peçanha, Camamu e

Maraú. Em Camamu, especialmente, somando-se as áreas de floresta em estágio primário e médio a avançado, obtém-se um número expressivo de florestas: 20,4 mil hectares. Na Costa do Cacau, é sabido que a área de floresta primária está muito restrita na Mata Atlântica baiana e brasileira, e concentra-se nos municípios de Una, Ilhéus, Itacaré e Uruçuca. Somadas, alcançam 15 mil hectares. Duas unidades de conservação de proteção integral absorvem parte significativa destas áreas: a Reserva Biológica de Una e o Parque Estadual da Serra do Conduru. Outros fragmentos de floresta primária podem ser identificados no Parque Municipal de Nova Esperança, em Ilhéus, e na APA de Itacaré Serra Grande.

Este patrimônio florestal é suficientemente grande para justificar uma área de proteção integral nesta região, dada a riqueza biológica das matas do Sul da Bahia, e o seu grau de ameaça. Este fato, em menor expressão, mas não menos importante, é identificado também em Maraú e Nilo Peçanha, assim como em Valença, Igrapiúna e Cairu. Este último se destaca não tanto por florestas, mas pela dimensão dos ecossistemas associados, de alta relevância ambiental regional, como os manguezais, brejos e restingas. Somados, estes tipos de vegetação chegavam a 23,5 mil hectares, quase metade do território municipal.

Em todos os municípios chama a atenção a pequena participação relativa das áreas antropizadas urbanas, mais destacada em Ituberá e Valença. Neste último município há um destaque para a área antropizada para usos rurais diversos: cerca de 90 mil hectares ocupando quase 80 % de todo o território municipal.

As restingas merecem uma atenção particular, pois esta vegetação é típica de regiões costeiras, e o conflito com a expansão urbana para o turismo na costa a atinge mais diretamente. Percebe-se que os municípios com maior espaço litorâneo, como Maraú, Cairu e Ituberá, nesta ordem, possuem juntos cerca de 21 mil hectares de restingas. As três APAs presentes nestas localidades, têm, portanto, um papel primordial de assegurar a conservação/preservação deste importante ecossistema, fortemente ameaçado no Brasil. Para saber mais sobre a relevância e características desses ecossistemas, temos a seguir uma descrição dos manguezais, praias e dunas, florestas, restingas e campos, estes últimos muito associados na região.

O domínio do cacau nesta região é muito claro. Municípios como Ilhéus, Uruçuca e Una possuem parcela expressiva de suas terras com a cultura do cacau, justificando o título de Costa do Cacau. Diferentemente de outras regiões da costa baiana, a pequena presença de manguezais e restingas se justifica pela planície litorânea pouco expressiva neste litoral, mais presente em Canavieiras e Una. Nestes últimos também se encontram os números mais expressivos de áreas antropizadas ou abertas, principalmente com pastagens.

Os espaços urbanos ainda são diminutos neste litoral, havendo uma exceção em Ilhéus. Esta cidade, que já ultrapassa os 200 mil habitantes, avança sobre as restingas e manguezais do seu entorno, inclusive com a expansão dos loteamentos para o litoral. Ações de ordenamento territorial são fundamentais neste município, inclusive estimulando a descentralização do núcleo urbano no sentido das vilas rurais, diminuindo assim a pressão sobre a cidade.

Floresta Ombrófila Densa

Os remanescentes de floresta existentes no Litoral Sul da Bahia são constituídos de indivíduos arbóreos sem resistência à seca e faz parte da Mata Higrófila Sul Baiana, segundo classificação de RIZINI (1967). Outra denominação, este tipo de vegetação é tecnicamente

tratado como Floresta Ombrófila Densa (BRAZÃO e ARAÚJO, 1981), constituindo uma ocorrência típica e característica da Floresta Atlântica, também comum na Floresta Amazônica. Está presente sobre os latossolos vermelho amarelo de textura argilosa, de relevo forte ondulado a montanhoso do embasamento cristalino, bem como de latossolos amarelo de textura arenosa, de relevo ondulado a suave ondulado, originários da Formação Barreiras.

A título de introdução, merece citação uma explicação sobre os estágios sucessionais da Floresta Ombrófila Densa, segundo a Resolução Conama 10/1993¹:

Floresta primária - Aquela de máxima expressão local, com grande diversidade biológica, sendo os efeitos das ações antrópicas mínimos, a ponto de não afetar significativamente as características originais da floresta com relação à sua composição florística e estrutura. Em áreas de floresta atlântica, a floresta primária apresenta dossel superior uniforme, existindo em sua composição um grande número de espécies raras.

Floresta secundária em estágio avançado de Regeneração - Vegetação florestal onde a fisionomia arbórea é dominante sobre as demais, formando um dossel fechado e relativamente uniforme quanto ao porte, podendo apresentar árvores dominantes. Sua diversidade biológica é muito grande devido à sua complexidade estrutural.

Floresta secundária em estágio médio de Regeneração - A fisionomia arbórea e/ou arbustiva predomina sobre o estrato herbáceo, podendo constituir estratos diferenciados, serrapilheira presente, variando a espessura de acordo com as estações do ano e a localidade. Este estágio sucessional caracteriza-se, também, por apresentar epífitas, trepadeiras predominantemente lenhosas e sub-bosque presente.

Floresta secundária em estágio inicial de regeneração. Apresenta fisionomia herbáceo/arbustiva de porte baixo e, também, trepadeiras (geralmente herbáceas), fina camada de serrapilheira, presença de muitas espécies pioneiras, ausência de sub-bosque.

As formações primárias remanescentes da Floresta Atlântica ocorrem em pequenos fragmentos que se caracterizam por elevado número de espécies lenhosas, com estrato arbóreo constituído de espécies das famílias Myrtaceae, Sapotaceae, Lecythidaceae, Bombacaceae, Moraceae e Leguminosae. Apresentam epífitas como Bromeliaceae, Cyclantaceae e Orquidaceae e sub-bosque rico em espécies de Poaceae, Piperaceae, Marantaceae, Heliconiaceae, Rubiaceae e Acanthaceae.

Como exemplo desta floresta pode ser citada uma parcela de 1 ha, do inventário florestal realizado pelo Projeto Mata Atlântica Nordeste, com pesquisadores da CEPLAC e Jardim Botânico de Nova York em Floresta Atlântica primária, no vizinho município de Itacaré, onde foram registrados 2.530 indivíduos com DAP (diâmetro na altura do peito) acima de 5 cm, pertencentes a 65 famílias e representadas por 458 espécies lenhosas, sendo que 7,3 % se constituíram de espécies novas (Thomas et alii, 1998).

No Sul da Bahia predomina a vegetação secundária em diversos estágios de regeneração, em função das formas de uso local, quais sejam, o sistema de “cabruca” de cacau, atividades agrosilvipastoris e pequenas áreas de agricultura itinerante. Em proporção maior de área, ocorre a vegetação secundária em estágio avançado de regeneração, que pode ser resultante da recuperação de estágios sucessionais intermediários ou da antropização da floresta

1 Adaptado por Danilo Setti em Manual de Recuperação da Mata Atlântica. Editus, 2000.

primária, apresentando-se em forma de mosaico. Como exemplo da importância destas áreas para a regeneração florestal, pode ser citada uma parcela de 1 ha, do inventário florestal realizado pela mesma equipe do Projeto Mata Atlântica Nordeste, citado por ECOTEMA (2000), em fragmento da Mata Atlântica secundária situado no Município de Maraú, fora da APA, onde foram consideradas as árvores com DAP igual ou maior que 15 cm. Nesta parcela, foi registrada a ocorrência de espécies como maçaranduba (*Manilkara elata*), cedro (*Cedrela sp.*), coração-de-negro (*Swartzia grandiflora*), banha-de-galinha (*Guettarda sp.*), louro (*Nectandra sp.*), louro-cravo (*Cryptocarya mandioccana*), pau-roxo (*Peltogyne discolor*), sucupira (*Bowdichia sp.*), canela (*Cinamomum zeylanicum*), bicuiba-vermelha (*Virola gardneri*), jaquira-brava (*Annona sp.*), oiticica (*Clarisia speciosa*), pau-ferro (*Caesalpinia leiostachya*), angelim amargoso (*Andira sp.*), arariba-branco (*Psychotria sp.*), bacumixá (*Sideroxylon vastum*), além de pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) e pequi-preto (*Caryocar edule*).

Esta região litorânea registra ainda a ocorrência de áreas com agricultura, de ciclo longo e curto como mandioca, cacau, café e pequenos seringais, e com pastagem, além de floresta secundária em estágios inicial e médio de regeneração. Ao mesmo tempo, constitui um contato entre a Floresta Atlântica e a Restinga arbórea, ocorrendo ora como enclave, ora na forma de ecotono.

Manguezais²

Os manguezais são ecossistemas que ficam nas regiões de estuários, faixas de transição entre o ambiente marinho e o terrestre, nos lugares onde os rios deságuam no mar. São habitados por espécies vegetais típicas de ambientes alagados, resistentes à alta salinidade da água e do solo. Uma árvore de manguezal, chamada de mangue, chega à fase adulta e se reproduz em apenas cinco anos, e pode atingir cerca de vinte metros de altura. Apesar de possuírem apenas sete espécies de árvores, os manguezais apresentam uma enorme biodiversidade. Além de bromélias e orquídeas, há uma grande abundância de algas microscópicas.

Um centímetro quadrado de manguezal pode abrigar aproximadamente 200 mil microalgas. Por estar na base da cadeia alimentar, essa abundância de algas garante a sobrevivência de uma grande quantidade de animais e a produtividade do ambiente para a população dos litorais, que vive da pesca artesanal de peixes, camarões, caranguejos e moluscos.

A ostra, o mexilhão, as larvas de camarão e o sururu são espécies filtradoras, que ao engolir a água do estuário, retêm as microalgas. Algumas espécies de peixe, como a tainha, a agulha e a carapeba, também se alimentam de algas microscópicas. A diversidade de animais trazidos pelas marés altas para esse ecossistema atrai muitas espécies de aves, como a andorinha azul e a garça vaqueira, que fazem seus ninhos nas árvores do manguezal e, nas marés baixas, se alimentam de peixes e invertebrados marinhos, como crustáceos, moluscos, insetos e vermes aquáticos.

Apesar de ainda terem extensão relativamente grande no país e serem protegidas desde 1993 pelo Decreto Federal nº 750, as áreas de mangues brasileiras tiveram uma redução de cerca de 46,4% num período de catorze anos. Um artigo publicado em 2001 na revista *American Bioscience*, por pesquisadores da Universidade de Boston, mostra um levantamento da destruição desse ecossistema, baseado no Atlas Mundial de Manguezais, feito em 1997 a

² Texto adaptado de artigo de Rodrigo Cunha, publicado em site www.comciencia.br, da Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, com o título *Manguezais ajudam a recuperar solo e água*.

partir de fotos de satélites. De acordo com o estudo, o Brasil tinha uma área de aproximadamente 25 mil quilômetros quadrados de manguezais em 1983 e, segundo fotos de satélites, passou a ter apenas 13,4 mil quilômetros quadrados em 1997. Os pesquisadores norte-americanos apontam entre as possíveis causas a proliferação de fazendas para exploração do camarão e o desmatamento para uso da lenha do mangue. Mas existem outros agentes de degradação, como esgotos industriais e domésticos e, nos últimos anos, agressões mais severas tem sido provocadas por acidentes envolvendo derramamento de óleo nas águas costeiras do oceano. Este tipo de ameaça, embora ainda não verificado na Costa do Dendê, passa a ser objeto de preocupação de órgãos ambientais e pelo Ministério Público, em razão dos estudos sísmicos e exploração de gás e petróleo na Plataforma Continental desta região. Estas atividades, em processo de licenciamento pelo IBAMA, têm gerado grande ansiedade entre ambientalistas, pescadores e empresários de turismo, haja visto o alto risco dessas atividades sobre ecossistemas costeiros, a exemplo do que já aconteceu diversas vezes na Baía de Todos os Santos e Baía de Guanabara, com derramamento e/ou vazamento de óleo.

O manguezal funciona como um "berçário" para espécies com valor comercial, como camarões, lagostins, moluscos e peixes, por reter nutrientes nos estuários, considerados áreas vitais no planeta para a reprodução dos estoques de pesca, a exemplo dos extensos estuários desta costa. Estas características indicam o quanto estas requerem o máximo de proteção contra distúrbios ambientais.

Praias e Dunas

As praias arenosas constituem um dos ambientes de maior extensão ao longo de todo o litoral brasileiro, sendo com freqüência delimitados na sua parte superior por um sistema de dunas frontais ou costeiras. Em ambos os ambientes existem informações limitadas sobre sua biodiversidade, principalmente na costa nordestina, em especial a Bahia. As praias vêm sofrendo crescente descaracterização em razão da ocupação desordenada e do aporte das diferentes formas de afluentes, tanto de origem industrial quanto doméstica, o que tem levado a um sério comprometimento de sua balneabilidade, principalmente próxima dos centros urbanos. O lixo e os esgotos domésticos têm sido os problemas que exigem medidas imediatas. Além do lixo de origem local, há aquele lançado ao mar pelos navios e o de origem exógena, transportado pelos rios e pelas marés. Merecem comentários a crescente especulação imobiliária, a mineração com retirada de areia das praias e o crescimento exponencial do turismo de veraneio (segunda residência).

As dunas costeiras constituem um dos ambientes litorâneos com maior descaracterização, resultado da ação humana. No litoral baiano, pode-se registrar com destaque a presença de dunas costeiras no litoral norte e sul de Ilhéus, na Península de Maráú e no Arquipélago de Tinharé Boipeba, embora outros pontos da costa brasileira tenham neste tipo de ecossistema uma presença muito maior, a exemplo da costa norte de Salvador.

Restingas

A restinga é a vegetação predominante na faixa litorânea do Pólo Litoral Sul, junto com os manguezais. Este ecossistema é caracterizado pelo aspecto vegetativo verdejante e pela presença de árvores de pequeno diâmetro e altura, geralmente esparsas e de fustes tortuosos (GOUVEA et al., 1976, citado por ECOTEMA, 2000). ANDRADE-LIMA, também citado no

estudo sobre a Península de Maraú, considera esta floresta uma das sub-divisões do litoral, ao lado das praias e dos manguezais, afirmando que cada uma tem sua flora e caracterização próprias e definidas. As restingas apresentam em geral, uma faixa herbácea próxima das praias alcançando em média 150 m de largura, com espécies de Melastomataceae, Poaceae, Cyperaceae, Convolvulaceae, Lythraceae e Leguminosae. A vegetação arbustiva e arbórea aparece logo após a herbácea e em alguns pontos encontram-se intercaladas por áreas alagadiças conhecidas como “brejos” e “lagoas”; neste ambiente, observa-se como espécies a tabôa (*Thypha domingensis*), além de Cyperaceae como o junco *Eleocharis spp*, Poaceae e Nymphaeaceae. A restinga arbustiva-arbórea corresponde à faixa predominante na costa, com uma vegetação variada e rica em espécies endêmicas, de uso medicinal, alimentício, madeireiro e artesanal, apresentando-se sobre uma topografia praticamente plana e solo arenoso, embora a Restinga arbórea atinja as encostas em alguns pontos onde as árvores são de grande porte e rica em epífitas.

Na área correspondente à base da Península de Guaibim/Ponta do Curral e Maraú, assim como no Arquipélago de Cairu e na região de Pratigi, verifica-se uma vegetação peculiar, os Campos de Restinga, com pequenas ilhas de restinga arbórea. Os campos encontram-se cobertos por uma flora rica em Eriocaulaceae, Cyperaceae, Melastomataceae, Xyridaceae, Velloziaceae, Bonnetiaceae entre outras famílias botânicas de comum ocorrência no Campo rupestre e Cerrado.

Nos municípios de Itacaré, Santa Luzia, Una e Canavieiras verifica-se uma vegetação peculiar, os Campos de Restinga, como ilhas no meio de restingas arbóreas e/ou florestas. Os campos encontram-se cobertos por uma flora rica em Eriocaulaceae, Cyperaceae, Melastomataceae, Xyridaceae, Velloziaceae, Bonnetiaceae entre outras famílias botânicas de comum ocorrência no Campo rupestre e Cerrado.

Os campos de restinga são formados por grandes áreas abertas com vegetação arbustiva e herbácea, geralmente com lençol freático muito próximo da superfície, deixando o ambiente úmido com solo arenoso. A vegetação apresenta muitas Xyridaceae, Melastomataceae, Cyperaceae, Eriocaulaceae e outras famílias representativas deste ecossistema. Uma Rubiaceae, *Perama hirsuta* é típica daí e ocorre abundantemente em Una e Santa Luzia. Outra planta bastante encontrada é *Vellozia dasypus*, que também é disjunta entre os campos de restinga e o campo rupestre da Chapada Diamantina.

As restingas arbóreo-arbustiva por sua vez, formam um complexo vegetacional muito interessante e que merece menção especial e um esforço para sua conservação. A Restinga arbóreo-arbustiva apresenta ainda árvores de médio a grande porte representadas, principalmente, por massarandubas (*Manilkara spp*), muito exploradas na região, murtim (*Humiria balsamifera*), bapebas (*Pouteria spp*) e amescla (*Protium bahianum*) uma espécie nova descrita para a região.

Como exemplo desta floresta pode ser citada uma parcela de 1 ha, do inventário florestal realizado pelo Projeto Mata Atlântica Nordeste, com pesquisadores da CEPLAC e Jardim Botânico de Nova York em Floresta Atlântica primária, no vizinho município de Itacaré, onde foram registrados 2.530 indivíduos com DAP (diâmetro na altura do peito) acima de 5 cm, pertencentes a 65 famílias e representadas por 458 espécies lenhosas, sendo que 7,3 % se constituíram de espécies novas (Thomas et alii, 1998).

Áreas Protegidas

A reflexão sobre a necessidade de preservação e conservação de áreas costeiras de grande potencial turístico foi percebido pelo Governo da Bahia no início da década de noventa, quando a maioria das APAs estaduais foram constituídas. Estão fundamentadas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que conceitua a APA como “...em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações residentes e do entorno, tendo como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, promovendo, ainda, quando necessária, a recuperação dos ecossistemas degradados”.

A Lei no. 2.892/92, que instituiu o SNUC, ao enquadrar as APAs no Grupo das Unidades de Uso Sustentável (Art. 8º), define Uso Sustentável em seu Art. 2º - XI: “Forma socialmente justa e economicamente viável de exploração do ambiente que garanta a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos”.

A Costa do Dendê possui um conjunto ainda muito restrito de áreas protegidas concentradas em sete (07) Áreas de Proteção Ambiental, sendo três sob responsabilidade estadual, três (03) sob responsabilidade municipal, e uma com dupla legislação (estadual e municipal) e superposição territorial parcial: a APA de Guaibim. Concentradas no litoral, carecem de implementação e complementação com outras categorias de unidades de conservação, principalmente de proteção integral. Algumas Reservas Particulares do Patrimônio Natural estão presentes na região continental, a exemplo da RPPN Água Boa, em Marajú, bem como uma Estação Ecológica Estadual em Wenscelaw Guimarães, com 1,8 mil hectares, a oeste da BR-101.

Já a Costa do Cacau possui um rico, mas insuficiente quadro de áreas protegidas. A existência de três Unidades de Conservação de proteção integral, ao norte, sul e oeste da cidade de Ilhéus, embora extremamente salutar para a sustentação ambiental e econômica desta região, carece de uma implementação consistente, de modo a evitar as ameaças sobre estes importantes remanescentes florestais. Ao mesmo tempo, as APAs representam um instrumento valioso para o planejamento da paisagem costeira, embora ainda existam grandes desafios para completá-las.

As tabelas seguintes resumem algumas informações sobre as principais Unidades de Conservação do Pólo Litoral Sul. Em seguida, as características e informações das principais UCs são detalhadas.

Tabela 3.5.3 – Principais UCs do Pólo Litoral Sul

Unidade de Conservação	Município(s)	Âmbito do(s) Decreto(s)	Ano de Criação	Área (ha)
APA do Lapão	Santa Luzia	Municipal	ND	4.000
APA Itacaré-Serra Grande	Itacaré, Uruçuca	Estadual	1993	14.925
APA Lagoa Encantada	Ilhéus	Estadual 2.217 (14/07/1993)	1993	11.800
Ecoparque de Una	Una	RPPN	ND	83
Parque Estadual da Serra do Conduru	Itacaré, Uruçuca e Ilhéus	Estadual	1997	9.000
Parque Municipal de Nova Esperança	Ilhéus	Municipal	2001	400
Reserva Biológica de Una	Una	Federal	1980	14.000
Salto do Apepique	Ilhéus	RPPN	ND	118
Serra do Teimoso	Jussari	RPPN	ND	200
Água Boa	Marau	RPPN	ND	45
APA da Baía de Camamu	Camamu, Marau	Estadual	2001	118.000
APA de Marau	Marau	Estadual	ND	423 km ²
APA de Cachoeira da Pancada Grande	Ituberá	Municipal	ND	50
APA de Tinharé-Boipeba	Cairu	Estadual 1.240 (05/06/1992)	1992	43.300
APA de Candengo	Valença	Estadual	ND	7.000
APA do Guaibim	Valença	Estadual 1.164 (11/05/92) e Municipal 5.533 (07/11/2002)	1992	13.562
APA do Pratiği	Nilo Peçanha, Ituberá e Igrapiuna	Estadual 7.272 (02/04/1998)	1998	32.000
Estação Ecológica Estadual Wenceslau Guimarães	Wenceslau Guimarães	RPPN	ND	2.418

Fonte: CRA, IBAMA, DOE e SEI 2002

Tabela 3.5.4 – Principais UCs do Pólo Litoral Sul

Unidades de Conservação	Município(s)	Ano de Criação	Administração, em junho de 2003	Atividade de Fiscalização[1]	Conselho Gestor	Plano de Manejo	Investimentos Diretos do Governo da Bahia para Implementação da UC
APA de Guaibim	Valença	1986; ampliada em 2002	Ausente	Esporádica (menos de 6 vezes ao ano)	Não existe	Não existe	Não existe
APA de Tinharé Boipeba	Cairu	1993	Ausente	Esporádica (menos de 6 vezes ao ano)	Não existe	Desatualizado	Aluguel de Escritório (fechado em 2001)
APA de Pratiği	Nilo Peçanha, Ituberá	1993; ampliada em 2001	Equipe técnica do IDES (OSQP)	Regular, com deficiências no território	Constituído e funcionando desde 2001	Desatualizado; sob revisão	Escritório, veículos, combustível, equipe técnica de OSQP
APA da Península de Marau	Marau	1997	Secretário de Meio Ambiente de Marau	Irregular, deficiências em logística e segurança	Conselho de Meio Ambiente constituído e funcionando desde 2002	Concluído em 1999	Plano de Manejo
APA da Baía de Camamu	Camamu, Marau, Itacaré	2000	Ausente	Ausente	Não existe	Não existe	Não existe
APA de Itacaré Serra Grande	Itacaré, Uruçuca	1993; ampliada em 2003	1 técnico da SEMARH; IESB (informalmente)	Esporádica (menos de seis vezes ao ano)	Constituído e funcionando desde 2000	Desatualizado; sob revisão parcial	Aluguel de escritório, veículo, programa de educação ambiental e ecoturismo entre 1999 e 2000, Plano de Manejo em 1996
APA da Lagoa Encantada	Ilhéus	1993; ampliada em 2003	1 técnico da SEMARH; ABARÁ (informalmente)	Esporádica (menos de seis vezes ao ano)	Constituído e funcionando desde 2002	Em elaboração	Construção de escritório, Programa de Educação Ambiental 2001, Plano de Manejo em 1996
Estação Ecológica [2] de Wenceslau Guimarães	Wenceslau Guimarães	1972	Ausente	Esporádica (menos de seis vezes ao ano)	Não existe	Desatualizado	Construção de sede, veículo, equipe técnica (funcionando até 2001)
Parque Estadual da Serra do Conduru [3]	Ilhéus, Uruçuca, Itacaré	1997	2 técnicos da Semarh em tempo parcial (30%)	Esporádica (menos de seis vezes ao ano)	Grupo de Trabalho; reuniões irregulares	Em elaboração	Construção de sede, aquisição de veículos e motocicletas [4], Estudos temáticos, Plano de Manejo em elaboração.

[1] Equipes de fiscalização com 2-4 técnicos, acompanhados ou não por policiais militares e/ou civis, não qualificados. Eventualmente, operações de fiscalização com 6-10 técnicos, com apoio do IBAMA e Programa Piloto de Florestas Tropicais – PPG-7.

[2] Unidade de Conservação de Proteção Integral totalmente regularizada, com apoio da Petrobrás em 1996-1998.

[3] Unidade de Conservação de Proteção Integral com regularização fundiária em apenas 10 % do polígono. Bastante vulnerável a extração de madeiras e queimadas de pequeno porte.

[4] Não disponível no campo. Sob uso em escritórios da SEMARH em municípios da microrregião, eventualmente no área de domínio do parque.

Fonte: CRA, IBAMA, DOE e SEI 2004

O destaque será dado para seis UCs da Costa do Cacau: Reserva Biológica de Una; APA Itacaré-Serra Grande; Parque Estadual do Conduru; APA da Lagoa Encantada; Parque Municipal da Nova Esperança; e RPPNs. Na Costa do Dendê, das sete APAs existentes, identificou-se informações oficiais sobre quatro delas: Guaibim, Tinharé Boipeba, Pratiği e

Maraú. As APAs do Candengo, de Pancada Grande e Camamu estão desprovidas de informações técnicas, até o momento.

APA do Guaibim³

A Área de Proteção Ambiental do guaibim foi criada pelo Decreto Estadual nº. 1.164, de 11/05/92, está localizada no Município de Valença. A APA apresentava originalmente 2.000 ha, havendo recentemente uma ampliação pelo Poder Público local, através do decreto 5533, de 07/11/2002, para 13.562,16 hectares, na direção oeste, até a nascente do Rio Patipe. Sua criação e posterior ampliação foi fundamentada pela necessidade de preservação de uma extensa planície litorânea, com ecossistemas de restinga e manguezais, faixas de praia, brejos e remanescentes de floresta ombrófila, além do aumento do processo de ocupação da área litorânea da região. A construção do aeroporto, o terminal marítimo do Bom Jardim e as fazendas de camarão já estabelecidas são elementos humanos na paisagem que requerem ação ordenadora da APA. A fauna, assim como a flora, possui grande diversidade de espécies silvestres. A foz do Rio Jequiriçá, o Canal de Taperoá e a região litorânea do município de Valença, fazem parte dessa APA.

As praias estão associadas a ecossistemas como restinga, manguezais e brejos. O solo apresenta baixa fertilidade natural, além de apresentar diversas áreas alagadiças, dificultando a agricultura. A região de manguezal apresenta muita influência antrópica, e algumas áreas estão visivelmente degradadas pela expansão urbana e/ou poluição, extrativismo de madeiras e exploração predatória de mariscos.

A Flora da APA guaibim, embora presente em uma ampla planície litorânea, está associada ao relevo, variando de vegetação de brejo, em áreas inundáveis, situada nas depressões, a uma vegetação de restinga encontrada nos topos da planície. Espécies como o mangue vermelho (*Rizophora mangle*) são encontradas nos mangues, presentes no estuário do Rio Una e Baía de Tinharé. Em uma pequena área da APA pode-se encontrar espécies encontradas na Mata Atlântica como a maçaranduba (*Manilkara sp.*). Ingás, piaçaveiras, coqueiros e dendezeiros compõem esse cenário.

Apesar das freqüentes agressões exercidas pelo homem, a fauna ainda encontra-se bastante representativa. Principalmente quando se fala de aves, como o Bem-te-vi (*Pitanguis sulphuratus*) e o Sofrê (*Leterus icterus*), além de muitos outros como socós, pica-paus, gaviões e patos selvagens. A região ainda abriga animais de maior porte como tatus, veados, pacas, além de répteis, como o teiú e muitas espécies de cobra.

A partir do cruzamento dos levantamentos dos fatores ambientais, físicos, bióticos e antrópicos, foram definidas 10 zonas ambientalmente homogêneas:

ZPVS - Zona de Proteção da Vida Silvestre;

ZPR - Zona de Proteção Rigorosa;

ZPV - Zona de Proteção Visual;

ZOM - Zona de Orla Marítima;

ZOR - Zona de Ocupação Rarefeita;

³ O texto utiliza principalmente informações do CRA, com adaptações, entrevistas, dados da Prefeitura de Valença e levantamentos de campo, feitos pelo autor.

ZUR - Zona de Urbanização Recente;
ZOP - Zona de Ocupação Programada;
NUC - Núcleo Urbano Consolidado;
ZEP - Zona de expansão Prioritária;
ZES - Zonas de expansão Secundária.

Essas Zonas foram estabelecidas com coerência na necessidade de preservação da beleza e recursos naturais, assim como organizar o espaço para o crescimento sócio-econômico da população.

Essa região teve grande presença na história do país no período colonial. A porção sul da APA era local de desembarque de gado provindo de Portugal e, ali permaneciam de quarentena. Por isso essa localidade ficou conhecida como Ponta do Curral. Então, deu-se início à ocupação das terras através de fazendas de coco, e mais ao interior, culturas alimentares, para abastecimento do recôncavo. Hoje, a APA apresenta uma comunidade constituída de pescadores, alguns fazendeiros e pessoas que vivem do comércio de mariscos, além da maricultura, bastante acentuada na região. O interesse ambiental da população ainda é um grande desafio para a administração da APA.

As agressões ambientais mais comuns nesta APA são desmatamentos, uso e ocupação desordenada do solo, especificamente na faixa litorânea da Vila do Guaibim e nas margens dos rios, além da poluição, decorrente de ineficiente saneamento básico. A pesca predatória é freqüente no local, especificamente a pesca com rede de malha fina, que compromete espécies em diferentes estágios de desenvolvimento, alterando assim o número normal de indivíduos de várias espécies.

APA de Tinharé Boipeba²

A Área de Proteção Ambiental Ilhas de Tinharé/Boipeba, criada pelo Decreto Estadual n.º 1.240, de 05/06/1992, localiza-se no Município de Cairu, com uma área total de 43.300ha. A razão de sua criação foi a presença de ecossistemas de grande interesse ambiental, com extensos manguezais e belas praias desertas, além de um litoral recortado com morros, barras e recifes, aliado ao crescente movimento turístico no local, o que justifica ações de ordenamento territorial e qualidade ambiental.

Locais como Morro de São Paulo, Boipeba, Gamboa e Garapuá, nesta ordem, são vilas com grande demanda turística no verão, por estarem em área de fácil acesso pela via fluvial ou marítima. Praias extensas e com água limpa são as grandes atrações da região.

O manguezal apresenta vasta distribuição geográfica no local, apresentando plantas de porte arbustivo e arbóreo - um exemplo de espécie que encontramos nesse tipo de ecossistema é o algodão-do-mangue (*Hibiscus pernambucensis*). A restinga apresenta espécies com grande capacidade de sobrevivência, pois apresenta solo muito pobre em nutriente. Vegetação de dunas, de áreas úmidas, de várzeas e mata ciliares também constituem o tipo florístico da região. A Floresta Ombrófila Densa têm grande participação nas áreas interiores do arquipélago.

⁴ Texto adaptado de Informações obtidas no site do Centro de Recursos Ambientais (www.cra.ba.gov.br).

Dentre os indivíduos da macrofauna encontradas nos *habitats* observados, a avifauna é a mais representativa, pelo número de espécies e o número de indivíduos, inclusive espécies em vias de extinção, como o Curió (*Oryzoborus angolensis*). Fazem-se presentes também muitas espécies de répteis, mamíferos e peixes que compõem a economia local, além de diversos tipos de crustáceos.

A APA de Tinharé/Boipeba compreende duas ilhas mais significativas (Tinharé e Boipeba). Os distritos que compõe as ilhas são: Galeão e Gamboa, na Ilha de Tinharé, e Velha Boipeba, na Ilha de Boipeba. Além das sedes distritais, destacam-se vilas como Morro de São Paulo, Garapuá, Cova da Onça, Moreré e Canavieiras. A renda da população local é fundamentada no turismo e na pesca de peixes e camarão, além da mariscagem, da cultura do coco, da piaçava e do dendê. Algumas famílias ainda vivem da agricultura de subsistência.

O zoneamento da APA é dividido em quatro categorias, a partir das características dos meios físicos, bióticos e antrópicos. A Categoria Preservação, que engloba a Zona de Proteção Rigorosa - ZPR e ZPVS: Zona de Proteção da Vida Silvestre, é um tipo de categoria onde são mínimas as interferências humanas.

A Categoria Conservação engloba a Zona de Manejo Especial: ZME, Zona de Orla Marítima: ZOM, Zona de Proteção Visual: ZPV, Zona de Proteção Visual Especial: ZPV (E), Zona de Ocupação Rarefeita: ZOR, Zona de Urbanização Restrita: ZUR, Zona Extrativa Vegetal: ZEV e Zona Extrativa Animal: ZEA, essas zonas de conservação apresentam alguma influência antrópica sendo que cada uma apresenta seus próprios usos e recomendações.

A Categoria Uso engloba a Zona Turística: ZT, a Zona Turística Especial: ZT(E), a Zona de Urbanização Controlada: ZUC, Zona de Expansão (I): ZEP(I), Zona de Expansão (II): ZEP (II) e a Zona Agrícola: ZAG, essas são zonas destinadas ao desenvolvimento econômico do local, mas cada uma com o tipo de uso permitido.

A Categoria Recuperação, apresentando a Zona de Recuperação Ambiental: ZRA, destinada exclusivamente à recuperação de área degradada.

Conflitos Ambientais - Um problema sério enfrentado na APA é a ausência de saneamento básico nos povoados, somada a expansão urbana desordenada motivada pelo turismo e pela crise do cacau, esta estimulando um fluxo migratório de ex-trabalhadores rurais para Gamboa do Morro e Morro de São Paulo. As conseqüências são o comprometimento dos recursos hídricos e marinhos locais, assim como alterações em espécies de animais e plantas. Além disso, abertura de estradas internas na Ilha de Tinharé, principalmente para o trânsito de tratores com turistas, tem causado alto impacto ambiental sobre remanescentes de florestas e restingas entre Morro de São Paulo, Gamboa e Garapuá. Limitações na estrutura de fiscalização ambiental e urbana, notadamente em Morro de São Paulo, geram conflitos ampliados, já que os grupos de interesse locais misturam questões pessoais com públicas, gerando uma atmosfera de difícil gestão.

Esta é, provavelmente, a APA com o patrimônio ambiental mais rico e complexo da Costa do Dendê, juntamente com a APA da Baía de Camamu. Por conta de sua extensão e pela qualidade e integridade de porções de ecossistemas marinhos e costeiros associados à Mata Atlântica nesta APA, é recomendável que se façam estudos visando a criação de áreas protegidas de proteção integral no interior da mesma, notadamente nas áreas definidas no Zoneamento como de Preservação e Conservação.

APA de Pratigi⁵

A Área de Proteção Ambiental do Pratigi foi criada pelo Decreto Estadual nº 7.272, de 02/04/98. Abrange os municípios de Nilo Peçanha, Ituberá e Igrapiúna, limitando-se, ao norte com o Canal de Taperoá e o Rio dos Patos, a oeste com a BA-001, ao sul com o Canal de Pinaré, na Baía de Camamu, a leste, com o Oceano Atlântico. A APA tem 32.000ha, onde apresenta ecossistemas associados à Mata Atlântica, um dos principais motivos para a sua criação.

Pratigi surgiu de uma pequena vila de pescadores. As comunidades da área têm na mariscagem, na captura de peixe e camarão e, principalmente, no extrativismo de piaçava e coco as suas principais atividades econômicas. O turismo esboça-se na região como uma nova opção, embora dependa de intenso trabalho de ordenamento territorial e capacitação. Os conflitos ambientais se manifestam na pesca irregular, no desmatamento e poluição dos estuários, além da ocupação indevida dos mangues. No verão de 2003 a APA de Pratigi sofreu um incêndio de amplas proporções, bem documentado no jornal do IDES, que alcançou cerca de três mil hectares.

Com aproximadamente 40 km de praias ainda pouco ocupadas, apresenta uma extensa planície marinha, ilhas, rios e canais de estuários. A grande extensão de restinga, manguezais e floresta ombrófila densa, assim como a representatividade da fauna e da flora das regiões costeiras forma um complexo de grande necessidade de preservação ambiental, já que apresenta um admirável valor cênico. Algumas cachoeiras são encontradas na região. Campos de bromélias e orquídeas nas restingas, densos manguezais que abrigam espécies essenciais para a sobrevivência da população local, compõem a flora do local. Os remanescentes de Mata Atlântica, em geral, estão bem preservados, onde é possível encontrar espécies como a Jataípeba (*Bwodriguesia santosii*). Lianas e cipós também compõem a flora local, onde crescem geralmente com o apoio de árvores de grande porte. Como região litorânea, a avifauna é bastante expressiva. É comum ver bandos de periquitos sobrevoando a restinga. Mamíferos, répteis, anfíbios completam a macrofauna da região. Os invertebrados estão presentes em grande número de espécies, sendo uma das principais o Aratu (*Aratus pisoni*), que serve de alimento e complementação de renda das famílias locais.

Embora esta APA possua um estado de conservação reconhecido, neste verão áreas extensas de restinga arbórea e florestas foram consumidas por incêndio de grandes proporções. Como relatado em jornal *APA Pratigi – O futuro começa aqui* de no. 05 /ano III, um incêndio ocorreu entre os dias 15 e 22 de janeiro de 2003, consumindo cerca de três mil hectares em Área de Preservação Permanente. Esta área consumida pelo fogo compreende uma das maiores e mais bem conservadas áreas de restinga do Brasil. Segundo os técnicos da APA, o incêndio adquiriu estas proporções por falta de empenho e logística dos órgãos ambientais IBAMA e CRA. Mesmo solicitados desde o primeiro dia do incêndio, não houve disponibilidade dos mesmos em se deslocar para o local. O incêndio foi controlado por conta do esforço compartilhado do IDES, Plantações Michelin da Bahia, Prefeitura Municipal de Ituberá, Expropalm Brasil, Agro Industrial e OCT – Organização para a Conservação de Terras, e moradores da região. O longo período de estiagem e ventos impulsionou o fogo, que se expandiu com facilidade até em áreas de floresta nativa, comprometendo a fauna e flora daquela região. Este grave sinistro indica a importância de estruturas descentralizadas

⁵ Texto adaptado de Informações obtidas no site do Centro de Recursos Ambientais (www.ba.cra.gov.br) e no Jornal APA do Pratigi – O Futuro Começa Aqui.

de controle de queimadas ao longo da costa, capazes de, em qualquer período do ano, notadamente nas estações mais secas, atenderem a este tipo de ameaça sobre o patrimônio ambiental.

APA da Baía de Camamu

Esta Área Protegida foi criada através de decreto estadual de 5 de junho de 2001, envolvendo terras nos municípios de Camamu, Maraú e Itacaré. Uma das mais novas APAs da Bahia, vem sendo estudada pelo CRA em convênio com a OCT, visando a constituição de um Zoneamento Econômico e Ecológico. Não estão disponíveis informações documentadas sobre esta APA, até abril de 2003.

APA de Maraú

A APA da Península de Maraú está limitada por terras do Município de Maraú, englobando ao Sul as terras florestais da Mata Grande, do Quitungo e Tremembé,

a sede municipal e toda a Península ao Norte do rio Piracanga, incluindo águas marinhas e ilhas estuarinas do Município, com uma área de 423,0271 km².

A atividade turística, já em crescimento na região, está oficialmente reconhecida por Deliberação Normativa da EMBRATUR no. 385 de 28 de novembro de 1997, que identifica o Município de Maraú como de interesse turístico nacional, engajada aos anseios de desenvolvimento para a região. Está, também, a partir da criação da APA, comprometida com a necessidade de orientar suas ações com critérios de desenvolvimento sustentável.

Esta APA, como descrito em capítulo anterior, recebeu investimentos do PRODETUR para a realização de Diagnóstico Ambiental e Zoneamento. Estes estudos, executados pelo Instituto Ecotema entre 1999 e 2000, foram realizados com apuro técnico e contemplam informações completas sobre geologia, geomorfologia, vegetação e atividades sócio-econômicas, incluindo mapas descritivos e um mapa síntese com Zoneamento Ambiental da APA.

A Península de Maraú, segundo estes autores, possui extraordinário patrimônio natural, inclusive no campo florístico. O herbário da Ceplac possui uma vasta coleção de materiais tipos de Maraú e o epíteto *marauensis* é comum para muitas destas espécies. Muitas plantas são potencialmente endêmicas restritas de Maraú e, mesmo considerando-se a falta de amostras florísticas em outras regiões litorâneas no estado, o Rio de Contas por si só constitui-se numa barreira ecológica forte para muitos animais e plantas. Além disto vale salientar que há uma certa descontinuidade geo-morfológica nesta região e isto favorece ainda mais a diversidade biológica local.

Reserva Biológica de Una

Esta UC foi criada por Decreto Federal de 1980 que destinou uma área de 14 mil hectares para a conservação. Tendo o Mico Leão da Cara Dourada (*Leontopithecus Chrisomelas*) como principal espécie, em virtude do risco de sua extinção, a Rebio também protege muitas espécies ameaçadas de aves, felinos e pequenos mamíferos. Praticamente toda regularizada em 2002, ainda carece de um trabalho de planejamento junto ao seu entorno, para assegurar a conservação de florestas e ecossistemas associados presentes num raio de 20 Km dos seus limites.

Parque Estadual da Serra do Conduru

Este parque exerce papel fundamental para a integridade do patrimônio florestal ao norte de Ilhéus. Criado em fevereiro de 1997 por decreto estadual, protege cerca de nove mil hectares nos municípios de Itacaré, Uruçuca e Ilhéus. Sua proteção representa a garantia de qualidade de água para a Lagoa Encantada, por conta dos distintos afluentes que fluem para este lago natural, e em seguida para o Rio Almada. Ao mesmo tempo, protege os rios que nascem na sua face leste/norte e se dirigem para a APA de Itacaré Serra Grande, como os rios Itijuípe Grande e Pequeno, Rio Jeribucassu e Capitão. A sua completa regularização e implementação é medida fundamental para assegurar a continuação da política de turismo na Costa do Cacau, iniciada no PRODETUR I.

APA da Costa de Itacaré Serra Grande

Esta Área de Proteção Ambiental, criada pelo Governo da Bahia em 1993, propicia a conservação de um dos trechos mais bonitos e preservados da Costa Brasileira. Costões rochosos com coqueiros e florestas, entremeados por rios de água limpa que desaguam no mar, dão a esta região um destaque para o Ecoturismo, potencializando a Cidade de Itacaré e a Vila de Serra Grande para o desenvolvimento sócio-econômico sustentável.

De acordo com estudos feitos na região, esse é um dos ecossistemas mais ricos do mundo em número de espécies arbóreas, sendo considerado uma área prioritária para conservação em nível mundial. Dentre as espécies arbóreas mais ameaçadas, destacam-se o cedro (*Cedrela odorata*), o vinhático (*Plathymenia foliolosa*) e o angelim (*Andira stipulacea*).

Com uma população estimada de 14 mil habitantes, esta APA possui mais de 70 % do seu território com florestas e sistemas agroflorestais associados ao cacau. O PRODETUR apoiou a implementação desta APA com recursos para o Plano de Manejo e Programa de Educação Ambiental e Ecoturismo. Estes investimentos deram a esta APA uma posição de destaque no Brasil, sendo lembrada como uma das poucas APAs efetivas no território brasileiro.

APA da Lagoa Encantada⁶

A Área de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada, criada pelo Decreto Estadual N.º 2.217, de 14/07/93, está localizada no Município de Ilhéus. São 11.800 hectares composto de Mata Atlântica associada ao cultivo de cacau, além de manguezais, restingas, pastagens vilarejos, condomínios de praia e cachoeiras.

A proteção da área foi proposta pela Prefeitura de Ilhéus, para ampliar e assegurar a vocação turística da cidade, permitindo que o visitante possua mais uma alternativa de lazer. A rica fauna aquática representada principalmente por peixes, como robalos e carapebas, serve de sustento às comunidades ribeirinhas, aliada ao turismo que vem sendo uma nova opção de renda no local.

A vegetação local é típica do bioma da Mata Atlântica com seus ecossistemas associados, onde possuem fisionomia diversificada e características específicas. A Floresta Ombrófila densa caracteriza-se por apresentar predominância de árvores com grande porte, com alturas que variam de 20 a 40 metros e folhagem sempre verde.

⁶ Texto adaptado de Informações obtidas no site do Centro de Recursos Ambientais (www.ba.cra.gov.br).

A restinga apresenta plantas com características adaptadas às condições de elevada salinidade, insolação e aos ventos fortes comuns na faixa litorânea, tendo, portanto, folhas coriáceas e troncos retorcidos, com predominância de arbustos formando agrupamentos em alternância com o estrato herbáceo. Sua flora abriga espécies de rara beleza e importância paisagística, tais como bromélias, orquídeas e cactos.

Os manguezais localizam-se, principalmente, nos estuários dos rios, sofrendo influência das marés e das correntes fluviais, com solos periodicamente alagados e comunidade vegetal especialmente adaptada. Apresenta um aspecto homogêneo com um restrito número de espécies vegetais, com destaque para as espécies arbóreas, que possuem raízes escoras e aéreas especiais (pneumatóforos), dentre outras adaptações fisiológicas. Devido à riqueza de nichos ecológicos oferecidos pelos ecossistemas da Mata Atlântica, a fauna da região é muito diversificada, apresentando espécies raras e endêmicas, com destaque para os mamíferos ameaçados de extinção: preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*), sagüi-de-tufo-branco (*Callithrix penicillata kuhlii*) e a lontra (*Lontra longicaudis*).

Comunidades

A população residente da APA é formada, basicamente, por trabalhadores rurais ligados à agricultura cacaueira e moradores ribeirinhos que possuem na pesca, na caça e na agricultura de subsistência suas atividades mais importantes. São geralmente descendentes de índios e negros, com hábitos inteiramente adaptados à vida ribeirinha. A presença da cultura indígena pode ser observada nos nomes dos lugares e coisas, como por exemplo: Sambaítuba, Urucutuca, Bacuparituba, Cuitatã, dentre outros nomes. Estão dentro da APA os seguintes povoados: Aritaguá, Sambaítuba, Urucutuca, Areias e Castelo Novo.

Conflitos Ambientais

Os principais conflitos observados na APA são: a falta de saneamento básico, sem instalações de esgotamento sanitário e as poucas fossas sépticas que existem são mal construídas e encontram-se saturadas pelo nível do lençol frático. Existem, ainda, casos graves de casas que despejam seus dejetos no rio e ainda utilizam essa mesma água para banho. Observa-se também uma ocupação desordenada do solo por conta dos pequenos aglomerados de casas simples dos pescadores e trabalhadores rurais. A pesca predatória praticada na lagoa é, sem dúvida, um dos principais conflitos observados, onde se utilizam redes-de-malha-fina, tarrafa, arpão e produtos químicos, além da captura de peixes e camarões com tamanho menor que o permitido. Devido a grande diversidade de animais e árvores na área, observa-se ainda a ação criminosa de caçadores e a retirada de madeira nativa.

Parque Municipal de Nova Esperança

Criado pelo Governo Municipal em 2001, esta Unidade de Conservação é fundamental para a proteção de remanescente florestal de 400 hectares ao lado da cidade de Ilhéus, com funções diversas, incluindo a proteção de manancial de água desta cidade. Com grande potencial para visitação, o parque vem sendo estudado pela Fundação Pau Brasil e Ceplac, de modo a viabilizar um plano de manejo que oriente atividades de visitação turística, pesquisa, educação ambiental e conservação.

APA do Lapão, em Santa Luzia

Esta Área Protegida foi criada pelo Poder Público Local como consequência de campanha educativa e mobilização comunitária de lideranças ambientais de Santa Luzia. Possui imenso valor cênico e geomorfológico em razão da existência de mirante e gruta de rara beleza e formação interior. Com cerca de quatro mil hectares, tem em seu território porções de floresta ombrófila densa, cacau cabruca e pastagens. Uma comunidade rural de pequenos agricultores de cacau e mandioca receptivos a esta UC e o potencial turístico local indicam a relevância da mesma para a diversificação do turismo e ecoturismo na Costa do Cacau, associando-a ao turismo presente em Ilhéus, Una e Canavieiras.

Reservas Particulares do Patrimônio Natural

Esta região possui uma das mais altas concentrações de RPPNs do Brasil, chegando a 15 unidades de conservação privadas, já criadas ou em processo final de criação. A ocorrência das mesmas em áreas de alto interesse para o ecoturismo indicam uma forte relação entre a sua criação e o interesse em desenvolvimento de atividades de visitação.

Os destaques são as RPPNs do Ecoparque de Una, de propriedade do IESB, ao lado da Reserva Biológica de Una, a Salto do Apepique, na Lagoa Encantada, e a RPPN Serra do Teimoso, a duas horas de Ilhéus no sentido oeste, no município de Jussari.

Capacidade de suporte dos recursos naturais

Bacias hidrográficas

As Bacias Hidrográficas são um dos principais elementos físicos que compõem o patrimônio natural. São também fortes indicadoras do estado de qualidade ambiental, em decorrência das características da vegetação original, grau de desmatamentos e perda da biodiversidade. Atualmente é consenso a relação entre vegetação e qualidade das águas, incluindo o controle na emissão de efluentes orgânicos e químicos das atividades humanas nas bacias hidrográficas.

Na Costa do Dendê, as Bacias Hidrográficas ocorrem dentro de um território restrito, que se confunde, em grande medida, com o Baixo Sul da Bahia. Os principais rios que dão nome a suas bacias são o Jiquiriçá, Una, Jequié e Igrapiúna. Na Baía de Camamu, um conjunto de pequenos rios forma este amplo estuário, junto com o mar.

Tabela 3.5.5 - Principais Usos da Terra ao longo das Bacias Hidrográficas na Costa do Dendê

Bacias	Baixo	Médio	Alto
Jiquiriçá	Restingas, florestas, coqueirais e pastagens	Pastagens e florestas	Pastagens e florestas
Una	Manguezais, cidade de Valença	Pastagens, culturas perenes diversas	Pastagens, florestas, Culturas perenes diversas
Jequié	Manguezais, cidade de Nilo Peçanha	Cacau, pastagens, culturas perenes diversas	Cacau, pastagens, culturas perenes diversas
Igrapiúna	Cidade de Igrapiúna, Manguezais	Cacau, pastagens, culturas perenes diversas	Florestas, pastagens, cacau
Camamu/Maraú	Manguezais	Florestas, seringais, cacau	Florestas, pastagens, cacau

A Bacia do Jiquiriçá é a mais extensa das existentes nesta zona turística, e com maior pressão sobre as matas ciliares, resultado da expansão da pecuária nos municípios a oeste da foz. Apenas próximo à foz este rio apresenta condições ambientais mais saudáveis.

Ao sul, o Rio Una tem dois principais afluentes, o Braço e o Piau, ambos nascendo nas Serras do Abiá e do Sal, ainda em Valença. Estas serras, até recentemente florestadas, têm sido rapidamente desmatadas, requerendo ações urgentes de conservação. A região rural de Valença também vem vivenciando intensa atividade pastoril, o que compromete as matas ciliares desta bacia. O volume do Rio Una tem sofrido com uma vazão irregular, influenciada pelos períodos de estiagem ou chuva. A poluição resultante dos esgotos domésticos de Valença tem também comprometido esta bacia na sua foz, incluindo desmatamentos dos manguezais, na Baía de Tinharé.

A Bacia de Igrapiúna, de pequena expressão, é similar a de um conjunto de pequenos rios que atendem a demanda de água nos municípios de Taperoá, Ituberá, Nilo Peçanha e Camamu. A expansão do agropastoril nesta região, incluindo as margens dos rios, tem comprometido seriamente a qualidade dos rios, levando a um intenso assoreamento. Isso é percebido também na Bacia do Jequié /ou das Almas, esta em maior dimensão.

Em Camamu e Maraú, ao sul desta zona turística, chama a atenção o conjunto de rios que constituem a porção fluvial do estuário da Baía de Camamu. Por conta da qualidade dos estudos na APA de Maraú, as informações sobre a Bacia de Camamu/Maraú são diferenciadas, como se vê abaixo⁷:

- Rio Baiano- Talvez o mais significativo de todos, o rio Baiano apresenta cerca de 3,0 Km de seu baixo curso inserido na poligonal descrita pela APA de Maraú, desaguando através da Cachoeira Veneza e corredeira do Rio Baiano, nas águas calmas do Canal de Tremembé. Sua água apresenta aspecto límpido e coloração levemente amarelada, dada pela presença de matéria orgânica dissolvida. Embora fosse visitado durante período chuvoso, apresentou vazão superior a 10 m³/s, demonstrando grande potencial para o abastecimento do povoado de Tremembé.
- Rio da Serra - apresenta água de aspecto semelhante ao rio Baiano. Tem sua nascente localizada no município de Camamu e deságua no Canal do Quitungo. Durante a visita a campo, estimou-se vazão bem inferior, entre 3,0 e 5,0 m³/s, a qual atenderia com facilidade a demanda deste bem no povoado de Quitungo.

⁷ Texto adaptado de Ecotema (2000), citado anteriormente.

- Rio Ambuba - Este rio, embora apresente vazão pequena, de cerca de 5,0m³/s, é certamente aquele de maior percurso na poligonal da APA de Maraú, tendo sua nascente localizada ao Sul do povoado de Segredo. Drena áreas agrícolas onde ocorre plantio de seringueira, cravo, guaraná e pimenta do reino, além de pastagem. Seu aproveitamento deverá ocorrer mediante o adequado monitoramento de substâncias tóxicas poluentes provenientes de defensivos lançados para o combate de pragas. Seu percurso se divide em duas direções distintas, uma para Norte, desde a Nascente até as imediações da BR-030, quando inflete para Leste, indo desaguar sobre os sedimentos fluvio-lagunares da porção centro-Sul desta APA.
- Rio Piracanga - como os demais, apresenta água límpida, levemente amarelada devido à presença de matéria orgânica (ácido húmico) lixiviada de áreas de floresta. Apresenta extensão equivalente a 3,0 Km no compartimento cristalino, encaixado em fraturas, embora apresente traçado meandrante, até atingir a costa. Sua extensão total na área da APA aproxima-se a 9,0 Km. Sua nascente localiza-se sobre áreas de relevo suavemente ondulado, onde ocorrem latossolos vermelho amarelos de classe II, cultiváveis. No cruzamento com a estrada municipal de acesso a Itacaré, ponto extremo da APA, na coordenada UTM 498.413 E – 8.426.855 N, apresentou vazão estimada entre 4,0 e 6,0 m³/s.
- Rio Aibim - O rio Aibim do Meio apresenta-se totalmente adaptado à morfologia dos terraços marinhos, principalmente na porção média superior, descrevendo traçado semelhante ao da linha de costa atual. Nasce neste ambiente e flui no sentido Nordeste, infletindo para Sudeste. Apresenta extensão aproximada de 6,0 Km, drenando toda a água acumulada nos pequenos vales entre as cristas dos cordões litorâneos adjacentes.
- Rio Caubi - Este rio tem sua nascente no embasamento cristalino, imediatamente a Sul do povoado homônimo, de onde é coletada água para o abastecimento da comunidade ali residente. Percorre cerca de 1,0 Km desde sua nascente até atingir a área de influência de maré. No trecho em que cruza a BR-030 este curso d'água apresentou vazão de cerca de 1,6m³/s.

Na Costa do Cacau, com exceção das bacias do Una e Aliança, todas as bacias hidrográficas encontram-se fortemente degradadas, em que pese a grande disponibilidade de água dos seus mananciais. O grande desafio será a recuperação e despoluição nas suas margens, por muitas fontes, incluindo agrotóxicos.

Tabela 3.5.6 - Principais Usos da Terra ao longo das Bacias Hidrográficas na Costa do Cacau

Bacias	Baixo	Médio	Alto
do Contas	Manguezais e florestas, área urbana de Itacaré.	Sistema Cacau cabruca	Pastagens, Caatinga
Cachoeira	Complexo de manguezais e restingas, área urbana de Ilhéus.	Sistema Cacau Cabruca e pastagens	Florestas, roças de mandioca e pastagens
Una-aliança	Mangues e restingas, Vilarejo de Pedras.	Florestas, Cacau Cabruca e pastagens	Florestas, Cacau em cabruca, pastos
Jequintinhonha	Mangues e restingas, área urbana de Canavieiras.	Pastagens	Pastos
Pardo	Mangues e restingas, Área urbana de Belmonte.	Florestas, Cacau Cabruca, Pastagens	Pastos

Fonte: Pesquisa sobre Bibliografia Diversa

- Rio de Contas – Este forma a maior bacia hidrográfica exclusivamente estadual presente na Costa do Cacau. Presente desde a Chapada Diamantina, deságua no município de Itacaré, com parte de suas margens protegida pelo Parque Estadual da Serra do Conduru e APA de Itacaré Serra Grande. Os esforços locais por sua conservação se concentram na região do baixo Contas, notadamente na foz. Esta fica vulnerável a expansão urbana de Itacaré, e a negócios imobiliários na faixa costeira. Com muitos atrativos naturais, o Rio de Contas representa um importante patrimônio natural para o ecoturismo em prática na cidade de Itacaré e distrito de Taboquinhas, principalmente para rafting e banhos de cachoeira. Passeios de canoa também são feitos nos manguezais da foz. Estudos preparatórios indicam a sua foz como recomendável para abrigar uma Reserva Extrativista. O conflito com atividades exploratórias de gás e petróleo planejadas pela Agência Nacional do Petróleo e licenciadas pelo IBAMA tem dificultado a criação desta RESEX. Anualmente, no período de fortes chuvas de dezembro/janeiro, este rio compromete a balneabilidade das praias de Itacaré e Maraú, por conta do grande volume de baronetas que descem da Barragem do Funil e margens das cidades de Ubaitaba e Aurelino Leal.
- Rio Cachoeira⁸ – mais importante dos rios que compõem a Costa do Cacau, desaguardo na cidade de Ilhéus, este compõe a Bacia do mesmo nome, formado principalmente pelos rios Colônia e Salgado. O Rio Colônia nasce num conjunto de Serras e vales denominado Cabeceira do Colônia. A altitude neste local é de aproximadamente 600-800 metros, com muitas nascentes. Nesta região os desmatamentos para pastagens compõem a paisagem com florestas e plantios de cacau. Em seguida as nascentes seguem na direção dos vales das cabeceiras do Colônia e o Vale de São José do Colônia, de onde se capta a água para a cidade de Itororó. Em seqüência o principal curso d'água se encontra com o Rio Salgado, no município de Itapé. A bacia do Colônia está presente principalmente no município de Itapetinga, e na divisa entre Itororó e Itajú de Colônia. O Rio Salgado nasce na Serra do mesmo nome, em Firmino Alves. Muitos desmatamentos para pecuária foram ocasionados em torno das duas nascentes, de onde brota o rio. Ao longo do seu curso

⁸ Informações obtidas na Revista Mar Aberto (www.mar.aberto.com.br), com base em reportagem de Ed Ferreira.

de 64 Km, o Salgado banha os municípios de Firmino Alves, Santa Cruz da Vitória, Floresta Azul e Ibicarai, onde se forma a Cachoeira de Pancada Formosa.

- As Bacias do Santana e do Almada, adjacentes a Bacia do Cachoeira ao sul e ao norte, respectivamente, merecem registro especial. As três bacias formam um conjunto fortemente associado à cultura do cacau, atingindo a cidade de Ilhéus na foz, dando a este centro urbano características próprias, envolta em manguezais ao sul, norte e oeste. Assim como no Rio de Contas, anualmente suas praias são atingidas por baronessas acumuladas nas margens urbanizadas no interior, a exemplo de Itabuna. Santana, menor das bacias, possui uma função vital para Ilhéus, pois abriga manancial de água para os bairros do sul da cidade, e hospeda em suas margens um belo estuário com igreja histórica, das mais antigas do Brasil Colônia. O Almada, fortemente degradado nas suas margens a oeste, foi vítima da intensa pecuarização nos anos noventa, consequência da crise na região cacauífera. Este possui como afluente um dos ambientes lacustres mais expressivos do litoral baiano, a Lagoa Encantada. Importante atrativo natural e turístico de Ilhéus têm suas águas oriundas de pequenos rios que nascem no Parque Estadual da Serra do Conduru. As três bacias têm sido motivo de estudos por pesquisadores da Ceplac e UESC, tentando diagnosticar o estado das bacias e procedimentos para a sua recuperação. Ongs como Abará e Grama tem realizado campanhas e programas de educação ambiental para proteger os seus rios principais (ver mais abaixo, sobre o terceiro setor).
- Una Aliança - Os dois rios que compõem estas bacias nascem nas serras dos municípios de Santa Luzia, Arataca e Una. Viveram, nas três últimas décadas, intenso desmatamento nas suas margens, por conta da expansão da pecuária e cacau, embora sejam as bacias mais preservadas das existentes na Costa do Cacau. Atualmente estável, a paisagem desta bacia está diretamente ligada à conservação dos remanescentes de floresta e cabruca existentes na Reserva Biológica de Una e seu entorno, incluindo a Serra das Lontras e Javi. Apresenta um estuário de rara beleza, que inclui a Ilha de Comandatuba nas suas franjas. Um conjunto de corredeiras e cachoeiras representa um imenso potencial para o ecoturismo para o futuro de Una. O Rio Maruim, que nasce nas cercanias e interior da Reserva de Una, é o mais preservado dos rios afluentes da bacia, excepcionalmente rico em atrações naturais.
- Jequitinhonha – Este rio domina esta que é a maior bacia hidrográfica a alimentar a Costa do Cacau, desde o nordeste de Minas Gerais. Fortemente degradada, esta bacia foi vítima de intensos desmatamentos e degradação dos solos ao longo da colonização do Brasil. Atualmente a calha principal está fortemente assoreada, comprometendo a existência de formações coralíneas na costa, incluindo a região de Abrolhos. Deságua nos municípios de Canavieiras e Belmonte, assim como o Pardo, constituindo uma complexa teia de manguezais e brejos na sua foz. A recuperação das matas ciliares e das áreas degradadas no território desta bacia é uma meta fundamental para uma estratégia de valorização ambiental da região sob influência, incluindo a constituição do Comitê desta bacia.
- Pardo - Muito semelhante à bacia do Jequitinhonha, apresenta um estado de degradação no médio e alto Pardo que remonta a colonização da Bahia e Minas. Junto com o Jequitinhonha forma o imenso ambiente estuarino ao sul da Costa do Cacau, com características únicas que distinguem os municípios de Canavieiras pela

riqueza dos manguezais e potencial para gastronomia de frutos do mar. A sua foz, com os extensos manguezais, tem sido estudada para abrigar uma nova Reserva Extrativista Marinha, similar à encontrada em Corumbau, Prado.

A oferta de água potável na Costa do Cacau está diretamente ligada ao uso destas bacias hidrográficas. A única cidade que contém um manancial de água independente destas bacias é Itacaré, utilizando duas microbacias, o Jeribucaçu e o Ribeira. Estes também sofrem de desmatamentos, o que compromete o futuro do abastecimento de água em Itacaré. A existência da APA de Itacaré Serra Grande e de programas como o Floresta Viva, que evitam desmatamentos nos imóveis rurais destas bacias, são vitais para o futuro deste destino turístico. Estes exemplos positivos devem ser ampliados na costa, com ênfase na constituição de áreas protegidas e em programas de conservação em terras privadas.

Recifes de corais

Os corais desta região desenvolvem-se adjacentes à praia, compondo estruturas isoladas, descontínuas ou alongadas que podem variar desde alguns poucos metros a centenas e até quilômetros de extensão. Localizam-se em águas muito rasas, dificilmente ultrapassando a profundidade de 10 metros na frente do recife. Normalmente mergulham sob a areia e não apresentam laguna em sua parte posterior.

Sua primeira citação técnica bibliográfica data de 1818, quando J. Spix e Von Martius desenvolveram sua primeira caracterização. Posteriormente, em 1964, Jacques Laborel, naturalista francês, atendendo a solicitação de empresa baiana de fabricação de cimento, explorou as ocorrências carbonáticas da costa baiana, denominando-as à época como Recifes de Camamú, conforme assinalado em mapas produzidos àquela época.

Os pesquisadores da UFBA, citados em Relatório da APA de Maraú, subdividem as ocorrências de corais do Estado da Bahia, incluindo os da Península de Maraú na região que vai desde a ilha de Tinharé e Boipeba até a Baía de Camamú. Reúnem espécies endêmicas, sendo as principais a *Mussismilia Hartti*, *Mussismilia Braziliensis*, *Montastrea cavernosa* e a *Favia leptophylla*. Agregam-se a esta estrutura diversos outros organismos como algas, antozoários, esponjas, zoantídeos, vermes, moluscos, crustáceos e peixes.

Todas essas informações indicam que, para fins de novos investimentos governamentais com influência sobre o turismo, a exemplo dos praticados no âmbito do PRODETUR, é relevante a constituição e implementação de planejamento territorial em macro e micro escala, com o enfoque em um Zoneamento Econômico e Ecológico, combinando informações sobre os distintos vetores da economia e de usos da terra com uma gestão ambiental integrada dos ambientes naturais, levando em conta o conceito do Corredor Central da Mata Atlântica (ver tópico especial sobre corredores, ao final). A capacidade de carga de terrenos costeiros, praias, trilhas e cachoeiras, ainda pouco estudada nesta região, torna-se atividade fundamental para o futuro do turismo nesta região, vide o exemplo de Itacaré.

Terrenos e praias – o risco de urbanização sem planejamento

A expansão de loteamentos de veraneio em ambientes litorâneos está diretamente ligada a decadência dos mesmos como destinos turísticos. A ocupação da costa é vulnerável à urbanização descontrolada, notadamente em locais próximos de grandes aglomerados urbanos. Nos municípios da Costa do Cacau este fenômeno é mais evidente em Ilhéus,

particularmente nas orlas norte e sul. A Rodovia BA-001, nos dois sentidos, tem sido portal desta urbanização desordenada.

Foto 3.5.7 - Os impactos ambientais causados pela ocupação humana desordenada começam a aparecer nos loteamentos do litoral sul baiano



Foto – Oscar Artaza, Agora Meio Ambiente

Em artigo no Jornal Agora Meio Ambiente ([www.iesb.org.br/noticias on line](http://www.iesb.org.br/noticias_on_line)), publicado em parceria com o IESB, este fato é noticiado, alertando a sociedade e os poderes públicos para a gravidade deste problema no município de Ilhéus:

“A altura das construções, o tamanho dos lotes e o desenho de condomínios, levando em conta os ecossistemas naturais, é fundamental para se minimizar os impactos de loteamentos em regiões costeiras. Casas muito altas tornam-se barreiras para a ventilação, além de diminuir a visão do horizonte. Quanto maior a área construída, menos conforto térmico se tem. As construções aumentam a reflexão do calor para o ar e fazem com que a temperatura local aumente. A maioria das casas de veraneio é utilizada por pouco tempo. Mesmo assim, demandam investimentos dos órgãos públicos com água, energia e esgotos. No entanto, não dão retorno à sociedade, pois geram poucos empregos, pagam tributos reduzidos e não fortalecem a economia do lugar onde são construídas. Do ponto de vista de quem constrói, também não é um bom negócio. Gasta-se na compra do lote e na construção da casa. Na oportunidade da venda, o valor obtido é em geral menor que o investido. Além disso, a família fica sempre presa àquele destino nas férias.”

A limitação técnica das prefeituras na fiscalização e licenciamento dos loteamentos é também um grave problema, que resulta em uma especulação imobiliária em bases ilegais em quase todo o litoral baiano e brasileiro. Em Ilhéus soma-se a grandeza do eixo Ilhéus-Itabuna em termos de demanda habitacional para a segunda residência de veraneio. No entorno destas duas cidades encontram-se um conjunto de outras cidades da região, incluindo Vitória da Conquista, que no total somam mais de um milhão de habitantes.

Instrumentos, Órgãos e Instituições

Instrumentos reguladores⁹

A constituição e a descentralização administrativa

O PRODETUR NE II, em seu escopo de planejamento ambiental, tem a legislação do país como linha mestra para definição de critérios e condicionantes na sua operação. Para isso a Constituição federal de 1988 confere poderes de atuação aos Municípios em matéria de proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural, bens cuja conservação é essencial em se tratando de valores turísticos locais.

Diz o artigo 23:

“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras-de-arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;...

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;”

Portanto, é permitido, ou melhor dizendo, é necessário que os municípios criem estruturas administrativas próprias (Secretarias de Meio Ambiente, de Cultura e Conselhos Municipais de Meio Ambiente), por intermédio de legislação municipal, dotando-as de atribuições específicas para colocar em prática essas incumbências constitucionais.

Além do poder de atuar (competência material ou administrativa) para proteger o meio ambiente e o patrimônio cultural é permitido aos municípios legislar em matéria de interesse local e suplementarmente aos Estados e à União no que couber (art. 30 incisos I e II). Vale dizer que a atividade turística no município e sua interface com o resguardo do ambiente natural e cultural local se enquadram perfeitamente na hipótese de interesse local, já que se trata de atividade de predominante interesse e impacto local, sendo bastante pertinente a criação de legislação própria que estabeleça mecanismos específicos para uma efetiva gestão por parte do poder público local, seja no planejamento, no controle ou no monitoramento da atividade.

A Constituição confere ainda poderes para o Município legislar para:

I) promover o adequado ordenamento territorial, mediante o planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano (art. 30, VIII) e

II) estabelecer a política de desenvolvimento urbano por meio do Plano Diretor (art. 182);

O turismo como atividade sócio-econômica deve, sem dúvida alguma, ser realizado em respeito ao bem-estar dos cidadãos da região e à integridade ambiental dos ecossistemas naturais e do patrimônio cultural (arquitetônico, histórico, turístico). Assim orienta outro

⁹ Nos sub-capítulos 2.4. e 2.5. se utiliza com adaptações texto produzido pela WWF sobre Turismo Responsável – Manual para Políticas Locais, coordenado por Sergio Salazar Salvati e composto por Andre Lima, consultor).

artigo da Constituição Federal, o artigo 170, que condiciona o desenvolvimento das atividades econômicas ao respeito ao meio ambiente.

Ainda em matéria constitucional, afirma o artigo 225:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Entende-se por “todos”, na hipótese da atividade turística, tanto os habitantes das regiões visitadas e os agentes do turismo (proprietários de atrativos, agências, guias) como também os próprios turistas que têm direitos a um ambiente saudável e equilibrado, mas também têm obrigações relacionadas à manutenção da integridade dos ambientes e comunidades visitados.

Ainda no âmbito do artigo 225 da Constituição Federal, incumbe ao Poder Público, e aqui se entenda também incluído o Município:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e integridade do patrimônio genético do País...;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem a sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dar publicidade;

...

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

§3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional e sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

Portanto, para o exercício dessas atribuições é absolutamente necessário não apenas a constituição de órgãos com estrutura e finalidades próprias, mas a elaboração e aprovação de uma base legal mínima que disponha sobre essas matérias.

Por ser o turismo uma atividade sócio-econômica com elevado potencial de impacto (positivos e negativos) ao meio ambiente, à segurança, à higiene, à ordem e aos costumes municipais e possuindo o poder público local competências constitucionais próprias para a matéria, além de poder de polícia para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade, pode o município legislar e impor regulamentos para atividade turística, respeitado, no que tange regulamentação da prestação de serviços e às relações de consumo, o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078/90, além das resoluções da Embratur e do Conselho Nacional de Turismo.

Merece destaque o artigo 180 da Constituição que afirma que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os **Municípios** promoverão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico”.

Vale ressaltar ainda que muitas regiões de interesse turístico transcendem aos limites de um único município, como são os casos da Chapada dos Veadeiros em Goiás, ou Chapada da Diamantina na Bahia e muitas outras em todo País. Além disso, atrativos importantes como rios e serras na maioria das vezes também cruzam vários municípios, o que faz com que seja imprescindível a articulação entre os gestores estaduais e dos municípios da região pois de nada adiantará um município possuir uma boa legislação e um bom sistema de gestão ambiental e de turismo se nos municípios vizinhos as atividades continuam impactando a região e sendo conduzidas sem nenhum critério.

Importância da Legislação Turística e Ambiental Municipal

Em 20 de abril de 1994 o governo federal criou um Grupo de Trabalho para propor uma Política e um Programa Nacional de Ecoturismo, por meio da Portaria Interministerial nº 001, composto por representantes dos Ministérios da Indústria, Comércio, e Turismo e Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, do Ibama, da Embratur e de organizações não-governamentais.

Uma das principais conclusões desse grupo foi a de que a concepção e a execução de uma política para o turismo responsável deve ser descentralizada ao nível dos estados e principalmente dos municípios, onde de fato o turismo acontece e deve ser estimulado.

Hoje, a política ambiental também se encontra em rota de descentralização e as atribuições vão aos poucos sendo delegadas aos órgãos municipais na medida em que estes vão se preparando para assumir essa incumbência. Trata-se de um processo inevitável e para o qual os municípios devem se preparar progressiva e rapidamente.

Entretanto, é fundamental que no processo de municipalização e descentralização administrativa da gestão ambiental e turística o poder público local se prepare para enfrentar, dentre outros, os seguintes desafios:

- a vulnerabilidade dos sistemas ambientais e de turismo às pressões políticas locais sempre mais presentes na medida em que pode estimular atividades conflitantes;
- a agressão ambiental pelo estímulo e concentração da atividade em poucos atrativos turísticos;
- a falta de recursos financeiros para o planejamento, monitoramento e fiscalização;
- a infraestrutura local inexistente ou deficitária;

- o risco de perda de identidade cultural local; e
- marginalização da população local, tanto na discussão das políticas públicas, como no próprio acesso aos atrativos turísticos locais.

Segundo o Grupo de Trabalho Interministerial que trabalhou na formulação da Política Nacional para o Ecoturismo, uma política para o desenvolvimento do ecoturismo deve ser orientada ao atendimento dos seguintes objetivos:

- compatibilizar as atividades de ecoturismo com a conservação de áreas naturais;
- fortalecer a cooperação interinstitucional;
- possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor;
- promover e estimular a capacitação de recursos humanos para o ecoturismo;
- promover, estimular e incentivar a criação e melhoria da infra-estrutura para a atividade do ecoturismo; e
- promover o aproveitamento do ecoturismo como veículo de educação ambiental.

Aos objetivos básicos propostos pela Política Nacional de Ecoturismo acima expostos acrescenta-se:

- a valorização e o respeito aos costumes e tradições das comunidades locais; e
- a efetiva e informada participação dessas comunidades nas instâncias decisórias tanto em matéria ambiental como de política de turismo no município, inclusive das comunidades mais afastadas dos centros urbanos.

Para a consecução desses objetivos integram a proposta da Política Nacional de Ecoturismo as seguintes ações:

- 1 - Regulamentação do ecoturismo
- 2 - Fortalecimento e interação interinstitucional
- 3 - Formação e capacitação de recursos humanos
- 4 - Controle de qualidade do produto ecoturístico
- 5 - Gerenciamento de informações
- 6 - Incentivo ao desenvolvimento do ecoturismo
- 7 - Implantação e adequação da infra-estrutura
- 8 - Conscientização e informação do turista
- 9 - Participação comunitária

Torna-se imperativo, portanto, que a legislação municipal que pretenda dar suporte à atuação eficiente e eficaz do poder público local no planejamento e no monitoramento das atividades turísticas incorpore ao menos alguns dos objetivos e das ações acima traçados. Esse é grande o desafio.

Neste sentido, vários são os instrumentos que podem ser criados e implementados em âmbito local para a concretização dos objetivos e ações acima propostos. Dentre eles, alguns são clássicos e fundamentais, tais como as leis de uso e ocupação do solo e os Planos

Diretores, legislações que objetivam ordenar o território de forma a garantir o desenvolvimento sócio-econômico do município e a qualidade de vida de seus habitantes. Outros instrumentos mais específicos e contemporâneos que já vêm sendo adotados por muitos municípios são os Conselhos Municipais de Meio Ambiente e os Conselhos de Turismo onde a população local, juntamente com outros setores privados e o poder público debatem e decidem os rumos das políticas locais sobre o tema.

Outro mecanismo fundamental são os Fundos Municipais, onde o poder público, com a participação da população, busca orientar e estimular investimentos em atividades de conservação ambiental e de desenvolvimento sustentável. Para tanto, podem ser elaborados códigos ambientais e de turismo municipais que sustentem sistemas ambientais de meio ambiente e turismo e os mecanismos e objetivos acima referidos.

Além desses mecanismos clássicos os sistemas municipais podem prever outros instrumentos específicos que evidentemente devem ser adaptados à realidade de cada município e ao grau de institucionalidade que o poder público juntamente com a população local pretendem dar aos seus sistemas de turismo e de meio ambiente.

A importância e o papel das comunidades locais no desenvolvimento do Turismo

O turismo responsável caracteriza-se pela conservação dos ambientes visitados e pela busca de bem-estar das comunidades locais. As comunidades locais, portanto, devem ser reconhecidas como sujeito ativo no planejamento e na execução do turismo além de principais beneficiárias dessa atividade. Não obstante a relevância sociocultural das populações locais e o seu papel na conservação de áreas de interesse turístico, sabemos que quase sempre estão à margem do processo de institucionalização do turismo em seu próprio território. Isso pode e deve mudar e a regulamentação da atividade turística no nível local pode ser um primeiro passo.

A Sociedade Mundial de Ecoturismo em vários de seus documentos demonstra sua preocupação para com os impactos culturais da atividade turística. De acordo com alguns documentos da Sociedade Mundial de Ecoturismo proteger a integridade das culturas visitadas, minimizando os impactos dos visitantes e estimular a compreensão e a valorização das culturas diferenciadas deve constituir objetivo essencial para os operadores turísticos.

Por outro lado o turismo não pode ser visto como a única solução para todos os problemas de forma que o desenvolvimento da atividade deve integrar-se com outras alternativas econômicas sustentáveis. O consentimento prévio e informado das comunidades, o respeito às suas estruturas de organização comunitárias, o respeito e o fortalecimento de seus direitos relativos ao seu território e aos recursos naturais nele existentes e a valorização de seus conhecimentos, hábitos e modos de produção devem ser condicionantes para as atividades turísticas em regiões que possam afetar o ambiente e a cultura desses povos. Assim, é essencial que seja garantida a participação especial das comunidades locais no planejamento e na execução de políticas de turismo e as legislações municipais devem destinar especial atenção a esse fator.

Órgãos e Instrumentos para uma Política Municipal de Meio Ambiente e de Turismo

Órgãos

Secretarias de Meio Ambiente e de Turismo

É essencial a criação de um órgão ambiental local em todos os municípios, seja para os municípios com potencial turístico ou não, sejam aqueles que abrigam ecossistemas frágeis ou paisagens notáveis, atributos naturais excepcionais, ou mesmo que não possuam qualidades ambientais extraordinárias. Isso pela simples e incontestável necessidade de planejamento e controle do uso e ocupação do solo e do uso dos recursos naturais, mesmo por que o sucateamento dos órgãos federais e estaduais de meio ambiente tem sido uma constante na atualidade.

Assim sendo, é essencial a criação de secretarias municipais de meio ambiente que mantenham capacidade técnica para intervir e orientar as atividades de maior potencial ofensivo ao bem-estar e à saúde da população local.

Em se tratando de município com elevado potencial turístico, ou com potencial turístico preponderante, é aconselhável a criação de uma secretaria própria para o ordenamento, regulamentação e controle da atividade, como vêm fazendo a maioria dos municípios que apostam no turismo como alternativa econômica para o desenvolvimento sócio-econômico local.

Porém, mais importante do que a existência de secretaria de meio ambiente e secretaria de turismo é que ambas atuem conjuntamente na formulação dos planos de uso e conservação do patrimônio ambiental e nos planos de desenvolvimento local além de articularem-se com os órgãos ambientais e de turismo dos municípios vizinhos e órgãos estaduais e federais afetos.

Conselho Municipal de Turismo e Conselho Municipal de Meio Ambiente

A participação direta da sociedade na gestão pública por intermédio dos Conselhos é a forma contemporânea de democratizar e dar transparência à construção e à implementação das políticas públicas. Ao mesmo tempo em que confere maior legitimidade às decisões governamentais, a tomada de decisão via conselhos participativos reduz a margem de discricionariedade, assim como minimiza os conflitos muitas vezes propiciados por decisões autoritárias e unilaterais tomadas em gabinetes fechados e inacessíveis ao cidadão comum.

Em âmbito local tem sido comum a criação de Conselhos Tutelares de Criança e Adolescentes, Conselhos de Saúde, Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselhos de Educação e Conselhos de Meio Ambiente. Inclusive o repasse de recursos federais e mesmo estaduais em algumas áreas de atuação pública já é condicionado à existência e funcionamento desses conselhos participativos.

A EMBRATUR, por meio do Programa Nacional de Municipalização do Turismo, vem estimulando a criação de conselhos e de fundos municipais de turismo, como forma de alavancar a atividade com maior eficiência e com o necessário envolvimento da população local, inclusive como condicionante para a celebração de convênios com os municípios.

Encontra-se em fase final de discussão no CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente uma regulamentação para o ecoturismo que ao que condicionará a competência dos municípios para autorizarem e regulamentarem a atividade em sua esfera de atuação à existência de Conselhos Municipais de Meio Ambiente e de Turismo com poder deliberativo e órgão ambiental em funcionamento.

A Constituição Federal brasileira no parágrafo único de seu primeiro artigo fortalece esse entendimento quando estabelece que todo poder emana do povo que o exerce por meio de

seus representantes eleitos ou diretamente. Os conselhos deliberativos ambientais e de turismo são formas de participação direta da sociedade na gestão pública em consonância com a Constituição Federal e também com os princípios da Agenda 21 que requer transparência e participação da sociedade na tomada de decisões como condição essencial para o desenvolvimento sustentável.

O fundamental é que o funcionamento desses conselhos se dê de forma transparente, que suas reuniões ocorram em local e horário de fácil acesso, que sejam publicamente divulgadas e abertas à participação de qualquer interessado e que sua composição seja a mais equilibrada e aberta possível à participação de todos os setores da sociedade. É tarefa, ou melhor dizendo, obrigação do poder público local garantir a implementação desses princípios e fortalecer as instâncias populares de decisão.

Instrumentos

Plano Diretor Municipal

O Plano Diretor municipal, previsto na Constituição Federal no artigo 182, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. O Plano Diretor deve ser parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

O Plano Diretor, obrigatório para os municípios com mais de vinte mil habitantes, municípios integrantes de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, em áreas de especial interesse turístico ou inseridos em área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional, deve englobar todo território municipal e ser revisto a cada dez anos.

No processo de elaboração do Plano Diretor e na fiscalização de seu cumprimento, os Poderes Legislativo e Executivo deverão garantir:

- I - a realização de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;
- II - publicidade sobre os documentos e informações ao Plano Diretor relacionados; e
- III - acesso a qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

Por meio do Plano Diretor o Poder Público municipal, juntamente com a população local, identifica as potencialidades e vulnerabilidades sócio-econômicas e ambientais de seu território e estabelece normas e programas, assim como um zoneamento local, que vinculam a política urbana e que orientam e projetam o crescimento espacial do município de forma a buscar o pleno desenvolvimento das funções sociais das cidades e o bem-estar de seus habitantes. Lembrando que a função social prioritária das cidades é assegurar as condições básicas para a circulação, o trabalho, a habitação e o lazer de seus habitantes.

O Plano Diretor vincula toda a política de desenvolvimento do turismo local na medida em que estabelece princípios e normas para a implantação de infraestrutura viária e de sistemas de transportes, de saneamento básico e destinação de resíduos sólidos, de conservação e recuperação de ecossistemas e do patrimônio histórico e cultural e de desenvolvimento urbano e rural.

Plano Diretor de Turismo

O planejamento é essencial em se tratando de gestão pública e não poderia deixar de sê-lo no que se refere à otimização do potencial turístico de um município, ainda mais quando se sabe que são bastante escassos os recursos no orçamento municipal.

Nesse sentido, três instrumentos básicos que compõem um Plano Diretor de Turismo destacam-se para que a atividade turística seja ordenada e planejada. São eles: o Diagnóstico/Inventário Turístico, o Zoneamento Turístico-Ambiental e o Plano de Metas e Ações (ou Plano de Desenvolvimento Turístico).

Diagnóstico ou Inventário Turístico

O diagnóstico é o inventário do potencial turístico e a análise desse inventário. De acordo com o dicionário Aurélio, inventário é a “relação de mercadorias, bens, etc...”. Inventário Turístico, portanto, é a relação dos bens de valor paisagístico, ecológico, histórico, cultural e sócio-econômico que possam agregar interesse turístico ao município ou a uma dada região do município. Trata-se, portanto, do levantamento do potencial turístico do município por meio da identificação e avaliação dos atrativos que o município possui, da infra-estrutura, acessos e serviços relacionados direta ou indiretamente ao turismo.

Não basta apenas identificar as áreas e os bens de interesse turístico, mas também é necessário que o inventário qualifique a situação em que se encontra o bem em termos de conservação, utilidade, capacidade de uso, serviços a eles relacionados, infraestrutura oferecida, dentre outras informações complementares.

Esse levantamento é essencial para que o Poder Público possa planejar adequadamente sua intervenção para a implementação de uma política local que estimule o turismo como atividade econômica e ambientalmente sustentável. Deve ser feito por uma equipe multidisciplinar com a ajuda e participação direta da própria população local por meio de audiências públicas e consultas com apoio do Conselho de Turismo e de Meio Ambiente, ou mesmo de consultas permanentes mediante pequenas reuniões com cidadãos e lideranças locais durante o processo todo processo de sua elaboração.

Zoneamento Turístico-Ambiental

Com base nas informações colhidas pelo Diagnóstico de que tratamos no item anterior, o poder público, em conjunto com as comunidades envolvidas e os setores interessados, identifica as áreas de real e de potencial interesse para o turismo e as áreas de interesse para a conservação e preservação ambiental ou cultural de forma a poder, a qualquer momento, planejar a instalação de infraestrutura compatível com a intensidade desejável para a atividade turística, considerando-se as características de cada ambiente e suas peculiaridades sócio-culturais.

O Zoneamento deve considerar a dinâmica sócio-econômica municipal e as diversidades sócio-culturais existentes de forma a ser sólido e consistente o suficiente para servir de parâmetro para a formulação, reformulação e implementação de planos e programas de estímulo ao turismo e à conservação ambiental, mas flexível o necessário para ser adaptado permanentemente às alterações na dinâmica espacial e sócio-econômica ditada muitas vezes por conjunturas que fogem ao controle da gestão municipal.

O Zoneamento deve indicar a os níveis de intensidade de proteção e de uso que cada região demanda ou suporta, a necessidade de recuperação do ambiente ou ainda de implementação de infra-estrutura viária, hoteleira, de saneamento, dentre outras medidas necessárias ao aprimoramento da atividade com o devido respeito às limitações ambientais.

Além de se basear no Diagnóstico Turístico, o Zoneamento Turístico-Ambiental deve interagir, ou melhor, ser compatível com o Plano Diretor do Município e considerar também outros zoneamentos eventualmente realizados em escalas maiores, como por exemplo o Zoneamento Ecológico-econômico elaborado pelo poder público estadual ou outros zoneamentos ambientais como das APAs – Áreas de Proteção Ambiental ou Zonas Industriais que às vezes transcendem um único município e são elaborados pelas esferas estaduais ou mesmo federal. Deve ainda considerar aspectos das legislações estaduais e federal que tratem de áreas protegidas (Unidades de Conservação, Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais Florestais, áreas de proteção de mananciais, áreas tombadas e as especificidades das bacias e sub-bacias hidrográficas). É fundamental que o Zoneamento turístico seja amplamente discutido com a população local e aprovado pelos Conselhos de Meio Ambiente e de Turismo.

O Zoneamento e as populações locais e tradicionais

Um importante papel do Zoneamento, ao lado do Plano Diretor e das leis municipais de uso e ocupação do solo, além de apontar as áreas com potencial turístico e áreas de interesse ambiental, é apontar os focos de potencial conflitos entre diferentes atores sociais, como por exemplo agentes do turismo e populações tradicionais, no intuito de viabilizar medidas preventivas que fortaleçam o papel dessas comunidades como interlocutores privilegiados nas discussões acerca dos destinos do turismo na região.

O avanço da especulação imobiliária, a construção de grandes hotéis e de projetos de infraestrutura sobre áreas tradicionalmente ocupadas por populações ribeirinhas, extrativistas, caiçaras, indígenas ou quilombolas, que na maioria das vezes são as únicas responsáveis pela conservação das áreas com algum interesse para o turismo, é muito comum. Esse processo é previsível e deve ser controlado pelas instâncias governamentais, posto que a valorização da cultura e das tradições do povo local merece lugar especial no planejamento e no ordenamento da atividade turística, principalmente no que respeita à ocupação do território.

O Zoneamento portanto é também o instrumento de indicação e prevenção desses conflitos que deve ser resolvido por intermédio da formulação de leis de uso e ocupação do solo que indiquem zonas de restrição à ocupação por grandes empreendimentos turísticos e de infraestrutura. O zoneamento nesse caso deve identificar áreas de uso e ocupação tradicionais e essas áreas poderão, por meio da legislação de uso e ocupação do solo, estar fora do alcance da especulação imobiliária ou da implementação de megaprojetos de infraestrutura.

Plano de Metas e Ações para o Turismo (Plano de Desenvolvimento Turístico)

O Plano de Metas e Ações é o instrumento elaborado com base no Plano Diretor do município, no Diagnóstico e no Zoneamento Turístico e Ambiental que deverá estabelecer as metas e objetivos gerais e específicos a serem alcançados em termos de utilização do potencial turístico municipal, num dado horizonte de tempo, assim como dos projetos e

programas que deverão ser colocados em prática e estimulados para atingir as metas e objetivos propostos.

O Plano deve estabelecer expressamente as responsabilidades de cada órgão da administração local e de cada segmento, bem como sugerir um cronograma de ações a serem implementadas. O Plano não é um documento pronto, mas um documento em permanente discussão e revisão.

Caberá ao Plano de Metas e Ações, com base no Inventário Turístico, determinar as prioridades em termos de investimentos em infraestrutura e divulgação dos potenciais turísticos e identificar as fontes de recursos para a implementação das ações necessárias ao seu cumprimento. O Plano deverá propor programas e ações do Poder Público e dos particulares no sentido de recuperar e proteger o patrimônio natural e cultural local e de estimular a melhoria de qualidade nos serviços e produtos turísticos oferecidos no município e indicará as linhas gerais dos projetos que poderão ser apoiados pelo governo com recursos orçamentários ou dos Fundos Municipais de Turismo e de Meio Ambiente.

É mais que recomendável que o Plano, assim como o Diagnóstico e o Zoneamento Turístico e Ambiental sejam discutidos exaustiva e permanentemente com a população local e sejam aprovados pelos Conselhos de Meio Ambiente e de Turismo do município, devendo ser um documento permanentemente atualizado e aprimorado.

O Plano Turístico, como um dos vários planos que o poder público local pode elaborar, deve interagir com os demais planos de desenvolvimento previstos para a região, formulados não apenas pelo poder público local, mas também com os planos estaduais e federais eventualmente em vigor. Para tanto é necessária uma interação mínima entre todas as Secretarias de governo municipais e também com as instâncias estaduais e federais.

Unidades de Conservação (UCs) no Município

Para a manutenção do meio ambiente saudável incumbe ao poder público a criação de espaços territoriais especialmente protegidos onde as atividades potencialmente causadoras de impactos ambientais não podem afetar os atributos naturais (artigo 225, §1º, inciso III da CF/88).

Além de garantir a integridade ambiental, tais espaços, se devidamente manejados, apresentam alto potencial como atrativos turísticos e portanto, fontes de riquezas para o município.

A título de exemplo, a EMBRATUR identificou noventa e seis pólos ecoturísticos no Brasil, todos eles no entorno de unidades de conservação (principalmente Parques Nacionais e Estaduais), uma vez que a existência de tais espaços protegidos é um dos fatores determinantes para a identificação do potencial turístico de uma região.

Além das unidades de conservação clássicas, previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, aprovado pela Lei Federal 9.985/00, de que falaremos adiante, podem os municípios criar, caso especificidades locais justificadamente demandem, categoria de unidade de conservação distinta daquelas previstas, como as Estradas-Parque, por exemplo já implementadas em algumas regiões como no Pantanal Mato-Grossense.

O SNUC prevê dois gêneros de unidades de conservação (UC's) conforme a possibilidade de uso de seus recursos naturais:

a) UC's de proteção integral, onde somente são permitidas atividades humanas que utilizem indiretamente os recursos naturais, ou seja, que não extraiam ou consumam os recursos naturais; e

b) UC's de uso sustentável, em que a exploração direta dos recursos naturais é permitida de acordo com critérios de sustentabilidade.

Cabe ao município criar conselhos gestores para as unidades de conservação sob a sua administração ou então delegar as atribuições dos conselhos gestores ao Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Além da criação de conselhos para gerir as UCs municipais, é fundamental também a participação de representantes do Poder Público municipal e das comunidades locais nos conselhos gestores de unidades de conservação estaduais e federais localizadas no município. Somente assim será possível integrar a gestão do espaço territorial municipal às políticas estaduais e federais e somar esforços juntamente com os demais órgãos públicos de outras esferas de governo na administração, conservação e ocupação ordenada do espaço local.

Além disso, pode o poder público local criar programas de incentivo à criação de unidades de conservação em propriedades privadas complementarmente às áreas protegidas por unidades de conservação públicas, com destaque para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural e os Monumentos Naturais. No item VI.3 adiante abordaremos com mais detalhes o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Conselhos Gestores de Unidades de Conservação

São órgãos colegiados criados pelo poder público no ato da criação de uma unidade de conservação com a finalidade de decidir ou opinar na tomada de decisão acerca do manejo e da administração da respectiva unidade de conservação.

Esses colegiados terão composição que variará em função da categoria de unidade de conservação, mas basicamente devem ser compostos por órgãos públicos das três esferas (federal, estadual e municipal) cuja área afeta (agricultura, indígena, patrimônio cultural, saúde, educação) deve depender das peculiaridades da região abrangida pela área protegida. Além de representantes de governo, podem compor o conselho representantes da sociedade local tais como: proprietários rurais, representantes de moradores de bairros, populações extrativistas, povos indígenas e entidades ambientalistas.

A competência e as atribuições de cada conselho variarão em função de ser consultivo, como via de regra é o caso das unidades de conservação de proteção integral ou deliberativo nas hipóteses de unidades de uso sustentável. A Lei 9.985/00, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, estabelece as hipóteses em que o conselho será deliberativo ou consultivo e as atribuições serão definidas no decreto que a regulamentará .

Instituições de Meio Ambiente

IBAMA

O IBAMA é o órgão executor das políticas ambientais do Brasil. Na Costa do Cacau o IBAMA possui ações administrativas envolvendo principalmente a gestão da Reserva Biológica de Una, incluindo o Prev Fogo. Este projeto tem como foco a proteção dos corredores de fauna existentes e zonas de amortecimento da ReBio, nos períodos de estiagem, através de ações preventivas e de combate a incêndios florestais.

A responsabilidade institucional do IBAMA nesta região é alta, considerando o conjunto de florestas e sistemas agroflorestais associados ao cacau. As responsabilidades do IBAMA estão ligadas à vegetação, fauna e ambientes marinhos.

O IBAMA mantém nesta região um Escritório Regional na Cidade de Ilhéus, BA, com telefone e fax (73) 634 2850. A Reserva Biológica de Una mantém uma sede administrativa no seu interior. Contatos podem ser feitos com Saturnino Souza, chefe da ReBio, pelo telefone (073) 236 2113.

Secretaria de Meio Ambiente da Bahia

O Governo da Bahia viveu no início de 2003 forte reestruturação administrativa na pasta de meio ambiente. Um dado positivo, pois o Estado da Bahia passa a ter uma Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, com a migração da então Diretoria de Desenvolvimento Florestal-DDF, da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, para a Superintendência de Unidades de Conservação e Florestas, nesta nova secretaria. Com isso, todas as Áreas Protegidas estaduais passam a ser administradas por esta superintendência.

A SEMA constituiu também uma Superintendência de Políticas Ambientais, responsável pelo planejamento e integração de ações ambientais, estudos, programas e projetos, inclusive relações institucionais. Atualmente sob administração de Jorge Koury, esta secretaria tem uma enorme missão de estruturar ações de conservação e gestão ambiental em toda a costa, considerando o conjunto de áreas protegidas estaduais.

O Centro de Recursos Ambientais, uma das autarquias da SEMA, foi criado pela Lei Delegada nº 31, de 03 de março de 1983, reorganizado pelas Leis nºs 6.424, de 26 de outubro de 1992, e 7.799, de 07 de fevereiro de 2001. O CRA é um órgão executor do Sistema Estadual de Administração e Recursos Ambientais - SEARA. Atua como uma polícia ambiental que tanto fiscaliza o meio ambiente como cria ou altera as normas ambientais, sempre submetidas à aprovação do CEPRAM - Conselho Estadual de Meio Ambiente. O CRA sofreu transferência da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC para a SEMA, com a transferência da administração das APAs para a superintendência citada antes.

O CRA possui escritório regional na cidade de Ilhéus, e mantém escritório na cidade de Itacaré, para a administração da APA de Itacaré Serra Grande. O escritório do CRA em Itacaré, assim como as instalações e equipe do DDF em Itabuna e no Parque do Conduru, em futuro próximo serão transferidos para a Superintendência de Unidades de Conservação e Florestas, na nova Secretaria de Meio Ambiente da Bahia.

O antigo DDF (Diretoria de Desenvolvimento Florestal), com responsabilidade sobre o Parque da Serra do Conduru e com missão associada à execução da Política Florestal da Bahia, foi inserido na nova Secretaria de Meio Ambiente com o nome de Superintendência

de Desenvolvimento Florestal e Unidades de Conservação. O escritório está situado em Itabuna, no Prédio da Ceplac local, acessível através do telefone (073) 211 8248.

Municípios e descentralização administrativa

Os governos federal e estadual têm estimulado a descentralização administrativa de ações de fiscalização e licenciamento ambiental, sugerindo aos municípios a constituição de conselhos de meio ambiente e secretarias de meio ambiente locais. Na Costa do Cacau já existem iniciativas neste sentido em Ilhéus e Una, bem como na APA de Itacaré Serra Grande, com o Conselho Gestor. Itacaré está também constituindo um conselho de meio ambiente, já possuindo uma secretaria com responsabilidades ambientais. As limitações para uma gestão ambiental local eficiente são muitas, principalmente com a ausência de orçamento para o meio ambiente, falta de quadro técnico capacitado e determinação administrativa para o cumprimento da legislação ambiental disponível.

Iniciativas de proteção e conservação ambiental do Terceiro Setor

Os dados apresentados neste tópico foram obtidos a partir de levantamento realizado pelo IESB¹⁰ e por informações obtidas diretamente ou através de documentos das instituições do Terceiro Setor.

IESB - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia

O IESB atua no Corredor Central da Mata Atlântica, com um foco especial no Sul da Bahia. Os municípios de Ilhéus, Una, Itacaré e Uruçuca hospedam distintos trabalhos de campo da equipe da instituição. Em outras localidades há pesquisas, eventos e parcerias com outras instituições.

O IESB desenvolveu trabalhos de pesquisa e extensão com objetivos centrados no problema de manutenção da viabilidade ecológica da Reserva Biológica de Una, até então considerada a principal área chave para conservação da biodiversidade regional. Estes diagnósticos iniciais tiveram o apoio do WWF - Fundo Mundial para a Natureza, Conservation International e Jersey Wildlife Preservation Trust, tendo sido desenvolvidos em parceria com a UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz.

Desde 1996 o IESB estabeleceu parceria com os produtores rurais, com ações voltadas para educação ambiental e difusão de sistemas agrícolas sustentáveis, incluindo a recuperação de áreas degradadas no entorno da Reserva Biológica de Una. Estas atividades contaram com apoio da Conservation International, USAID e Jersey Wildlife Preservation Trust (atual Durrell Wildlife Preservation Trust). Atualmente, estas parcerias continuam em andamento, resultando na criação de duas Cooperativas Agrícolas – Cooperuna e Cabruca, esta última reunindo apenas produtores orgânicos certificados pelo IBD - Instituto Biodinâmico.

O IESB esteve envolvido, diretamente ou não, com a criação do Parque Estadual da Serra do Conduru, com a criação e gestão do Ecoparque de Una, com o Programa de Educação Ambiental e Ecoturismo na APA Itacaré-Serra Grande através de parceria com a Bahiatursa e com o CRA - Centro de Recursos Ambientais, com o desenvolvimento de pesquisas de fauna e flora em toda a região Sul da Bahia, com vistas à implantação do Corredor de Biodiversidade da Costa do Descobrimento, com o diagnóstico da região das Serras das

¹⁰ Matos, E.N. 2003. Corredor Central da Mata Atlântica: Diagnóstico do Terceiro Setor. CD ROM. Ilhéus.

Lontras e Javi (áreas também no entorno da Reserva Biológica de Una) e com o Projeto Floresta Viva, um inovador programa de assessoria técnica que inclui um componente de Renda Mínima para agricultores familiares vizinhos ao Parque Estadual da Serra do Conduru.

ECOTUBA – Instituto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sócio-Cultural do Sul da Bahia

O ECOTUBA atua na região de Una e Canavieiras desde setembro de 1996. Atua através de projetos de usos sustentáveis dos recursos naturais e educação ambiental. Desde 1999 formou uma parceria com o Hotel Transamérica – Ilha de Comandatuba, conseguindo um espaço no hotel para exposição e venda de artesanato ecológico; e engajando os colaboradores do Hotel em atividades comunitárias como aulas de capoeira, culinária, educação sexual, higiene, etc.(Projeto Trans-Ação). Também realizou um programa de plantio de mudas de árvores nas comunidades locais.

Em 2001 o Projeto Queloniatuba (tartarugas marinhas) oficializou uma parceria com o Projeto TAMAR – IBAMA, obtendo apoio técnico e passando a atuar na área de pesquisa básica. Em 2002 o Projeto Chama-Maré passa a atuar em todo o Município de Canavieiras através do desenvolvimento de um censo das comunidades de coletores de caranguejos e moluscos, que será utilizado na implantação de uma Reserva Extrativista Marinha neste Município, iniciada neste mesmo ano.

Abará - Associação Pró-Bacia do Rio Almada

O Abará atua em todo o Estado da Bahia, prioritariamente a Bacia do rio Almada. Funciona desde setembro de 1997. Desenvolve os seguintes trabalhos:

- Assessoria a Associação dos Pequenos Produtores da Nascente do rio Almada;
- Organização sócio produtiva de comunidades urbanas em Itajuípe: organização de comunidades de bairros com promoção de cursos e palestras incentivando a organização comunitária e iniciativas coletivas de produção;
- Co-gestão da APA da Lagoa Encantada: facilitação da organização do conselho gestor, trabalho conjunto de educação ambiental, organização sócio-produtiva e de comunicação;
- Educação ambiental: cursos e seminários realizados nas comunidades (cursos de alimentação alternativa, resgate de memória comunitária, ecoturismo, artesanato...);
- Turismo pesquisa: viagem de um dia de barco destinada à formação de multiplicadores de educação ambiental, onde são ministrados conhecimentos sobre biologia, história e ecologia;
- Comunicação: Programa de rádio (3 vezes/semana), publicação trimestral do Jornal “Em cantos da Lagoa” durante 3 anos, produção das cartilhas: “Cartilha Histórica e Ambiental de Sambaituba”, “Cartilha Histórica e Ambiental de Areias”, produção de dois folders de divulgação da Lagoa, produção de um vídeo;
- Projeto “Anjo Cidadão”: construção de casas populares.

ORDEM – Organização Pró-Defesa e Estudo dos Manguezais da Bahia

Atua nas zonas estuarinas dos municípios costeiros da Bahia, desde novembro de 1999. Desenvolve os seguintes trabalhos:

- Programa “Manguezal Vivo”: educação ambiental em escolas de 1º grau nos municípios de Mucuri, Prado, Canavieiras, Porto Seguro, Belmonte, Ilhéus, Una, Camamu, Itacaré, Igrapiúna, Taperoá e Valença
- Elaboração de Plano de Referência Ambiental para 22 municípios costeiros da Bahia (Convênio com MMA)
- Participação na elaboração do Cadastro de Fontes Poluidoras do município de Mucuri
- Realização do Diagnóstico Sócio-Ambiental dos Municípios de Belmonte e Camamu
- Campanhas de conscientização sobre os riscos da implantação de projetos de carcinocultura em áreas estuarinas e de manguezais
- Delimitação de área experimental para repovoamento do caranguejo Uça
- Participação no projeto de pesquisa “Exploração de *Tagelus Plebeius*” (unha de velho)
- Apoio ao projeto de pesquisa dos Efeitos da Lagoa de Estabilização da Embasa sobre o ambiente estuarino do rio Cachoeira
- Realização do Estudo “Caracterização do gradiente salino do estuário do rio Cachoeira”
- Realização de campanhas de conscientização sobre a captura e consumo racional do caranguejo Uça

UNA – Instituto Universidade Livre Ambiental de Una

O instituto atua no município de Una desde novembro de 2000. Tem como objetivo o desenvolvimento da educação ambiental para o fortalecimento das comunidades rurais, com recuperação e conservação dos seus recursos naturais, utilizando práticas agroecológicas de produção. Desenvolveu os seguintes trabalhos:

- Assessoria para as cinco comunidades de Vila Brasil para a criação do Núcleo das Associações Comunitárias Rurais do Distrito de Vila Brasil
- Compra da área de terra para criação e funcionamento do “Centro de Formação Sócio Ambiental”
- Capacitação para as comunidades rurais em Organização Comunitária
- Articulação junto ao Poder Público para melhoria da estrada
- Mobilização da comunidade para exigir do Poder Público Federal o pagamento das propriedades desapropriadas pelo IBAMA para formação da Rebio Una.
- Incentivo ao Assentamento Ipiranga (uma das 5 comunidades de Vila Brasil) para captação de recursos para o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira
- Realização de Diagnóstico Rural Participativo com as cinco comunidades

- Articulação com a Cooperativa dos Produtores Rurais de Una para compra direta da produção de cacau, evitando a ação dos atravessadores.
- Organização e mobilização junto a Telemar para ampliação da rede telefônica no Distrito de Vila Brasil
- Fomento ao processo de organização de trabalhadores rurais para a conquista da terra junto aos Órgãos Governamentais

GRAMA - Grupo de Resistência às Agressões ao Meio Ambiente

Essa organização atua no sul da Bahia desde setembro de 1987, e tem como objetivo proteger o meio ambiente, o patrimônio artístico, turístico e paisagístico. Seus principais trabalhos desenvolvidos até o momento são:

- Projeto Rio Cachoeira: Diagnóstico ambiental do rio Cachoeira de Ilhéus a Itapé, para identificação das agressões sofridas.
- Projeto da Bacia do Almada: Estabelecimento de áreas piloto de recomposição das matas ciliares, implantação de duas fábricas, de polpa de frutas e de leite, construção de viveiro de mudas em Uruçuca, educação ambiental, exames de fezes dos moradores da nascente e construção de banheiros. O projeto foi premiado e o recurso foi utilizado para a construção para a mais velha moradora da nascente do rio e para compra de equipamentos escolares.
- Projeto Berçário Ecológico: plantio de essências frutíferas da MA com escolares na margem do rio Almada, com cuidado e manejo das árvores pelos estudantes.
- Projeto de Flor em Flor: parceria com a Associação da Nascente do Almada, para produção de mel, com divisão da colheita.
- Projeto Banco de Clorofila: Unidade demonstrativa de colheita de sementes para reprodução na rodovia Ilhéus-Itabuna para plantio nas cidades e nas margens de rios.
- Monitoramento Ambiental: Água e Florestas: monitoramento do rio Almada para detectar agressões como queimadas, tráfico de animais silvestres, derrubadas, controle da qualidade da água (em parceria com CRA, UESC, Superintendência dos Recursos Hídricos)
- Diagnóstico da Estrada Ilhéus-Itacaré: identificação das agressões ambientais da construção (em convênio com o CRA)
- Educação ambiental nas escolas, praças e outras instituições
- Peças teatrais, gincanas ecológicas, comemorações ao dia Mundial do Meio Ambiente, exposições de fotografias, mostra de vídeo, limpeza simbólica do rio Cachoeira
- Plantio de bambu na Ilha do Jegue em Itabuna e plantio de árvores às margens do rio Cachoeira.

SALVA – Sociedade Ambientalista da Região Cacaueira

Essa organização atua nos municípios de Santa Luzia, Camacan, Mascote, Arataca e Canavieiras. Começou a atuar desde maio de 2000, com o objetivo de estimular o associativismo e a organização das comunidades que habitam as áreas de interesse de preservação da Mata Atlântica, buscando alternativas de desenvolvimento sustentável e desenvolver a educação ambiental. Desenvolveu os seguintes trabalhos:

- Educação ambiental
- Assessoria e apoio a associações de produtores
- Articulação para criação da APA do Lapão
- Estímulo ao Ecoturismo
- Reflorestamento da nascente do rio Panelão
- Tratamento do rio Pratinhas
- Arborização

PROJETO ONÇA – Núcleo de Comunidades Agrícolas

O Projeto Onça atua no município de Taperoá desde 1988 com o objetivo de produzir de forma ecológica e economicamente sustentável, dentro das condições da Mata Atlântica, promovendo melhoria da qualidade de vida das famílias produtoras. Os principais trabalhos desenvolvidos até o momento foram:

- Criação e manutenção de uma Escola de 1º grau para atendimento da comunidade “Rio Negro”
- Convênios com a Prefeitura para o atendimento à saúde
- Estabelecimento de Horta Comunitária
- Projeto de Produção, Comercialização e Certificação de produtos orgânicos: guaraná, cravo e outras culturas em menor escala como pimenta do reino, cacau, piaçava, pimenta de Jamaica e dendê.
- Registro junto ao IBAMA de Produtos Florestais
- Realização da Pesquisa Sócio-Econômica dos Agricultores do Projeto Onça
- Realização do Cadastro Fundiário e do Uso da Terra das Propriedades do Projeto Onça
- Proteção e recuperação das matas ciliares das propriedades do projeto Onça
- Proteção das reservas legais e da mata em geral das propriedades
- Cartografia regional baseada em imagens de satélite
- Inibição e controle da caça
- Extermínio das queimadas, manejo das culturas ambientalmente amigável
- Controle de qualidade dos produtos no manejo da produção, na colheita e pós-colheita

SASOP – Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais

O SASOP atua no município de Camamu desde 1997. Tem como missão “Contribuir para o desenvolvimento rural sustentável a partir do fortalecimento da agricultura familiar, com base na agroecologia e favorecer o protagonismo e conquista da cidadania por agricultores, agricultoras e suas organizações.”

Em Camamu já se desenvolveram os seguintes programas:

- PDI - Programa de Desenvolvimento Institucional, a partir dos 3 escritórios. Engloba as ações referentes à gestão administrativo-financeira, PMA (planejamento, monitoramento e avaliação) e comunicação e divulgação.
- PDL SA – Programa de Desenvolvimento Local do Semi-árido, a partir do escritório de Remanso.
- PDL MA – Programa de Desenvolvimento Local da Mata Atlântica, a partir do escritório de Camamu. Neste, são trabalhadas 5 linhas de ação: Manejo Agroecológico do Sistema Produtivo, Manejo Florestal, Beneficiamento e Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Fortalecimento Organizativo.

MAR - Movimento Ambientalista Regional

O MAR atua no Estado da Bahia desde 1998, com foco até recentemente na região de Valença. Tem como objetivo “compatibilizar o uso racional dos recursos naturais com a produção de bens essenciais para a humanidade, assegurando para esta a sobrevivência e o desenvolvimento objetivando proporcionar uma vida em harmonia com a natureza e de deixar uma herança de igual teor para as futuras gerações”

Já foi responsável pelas seguintes atividades:

- Participação na elaboração do Plano Diretor Urbano de Valença
- Realização de campanhas de proteção e limpeza do rio Una
- Realização de campanhas “Plante uma árvore, plante uma vida” com distribuição de sementes de árvores
- Realização do seminário “Preservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável” (com EBDA)
- Realização do seminário “Agricultura Orgânica e Agrotóxicos”
- Publicação da revista ANDADA (18 números, cada edição com 2000 exemplares)
- Criação da Comissão Pró-Cidadania
- Presidência do CODEMA (Convênio de cooperação administrativa com o Conselho)
- Distribuição de cartilhas, camisas e campanhas ambientais nas escolas
- Elaboração do Pró-Una: Programa de Valorização Ambiental da Bacia do rio Una
- Educação ambiental: acervo bibliográfico (livros, vídeos e fotografias) a disposição da população

- Comunicações de violações ambientais para o Ministério Público: 54 no ano de 2001 e 70 em 2002. Casos resolvidos sem comunicação: mais de 50.

IDES

O IDES tem atuação na região do Baixo Sul da Bahia, onde atua desde 1997. É uma das instituições de maior atuação na costa da Bahia. Tem sua missão voltada para a promoção do desenvolvimento sustentável do Baixo Sul da Bahia, através das cadeias produtivas do dendê, da mandioca e recentemente de pescado, através de investigação e promoção de tecnologias para a criação de tilápias em ambiente estuarino. Um dos trabalhos citados neste documento, a gestão compartilhada da APA de Pratigi, pôs o IDES em evidência nacional em razão dos trabalhos para a implementação desta APA. Um outro programa de destaque visa o desenvolvimento humano e da cidadania de adolescentes desta região, através de uma Aliança com a Fundação Odebrecht, o Instituto Ayrton Sena e muitas outras instituições regionais. Apresenta um amplo portfólio de atividades e parcerias, incluindo a Associação de Municípios do Baixo Sul da Bahia, a Cooperativa de Crédito CREDISUL, entre outras.

Colônia de Pescadores Z-53

Essa colônia de pesca atua em Taperoá, Nilo Peçanha e Cairu desde 1992. Tem como missão "Defender os interesses daqueles que fazem da pesca seu meio de sobrevivência". Desenvolveu os seguintes trabalhos:

- Campanha para coibir a pesca com explosivos e a pesca de arrastão;
- Através do CODEMA: ações de fiscalização e apreensão, denúncias de desmatamento de matas ciliares e manguezais;
- Realização de um curso de gestão ambiental para os pescadores e marisqueiras;
- Realização de seminários sobre Atividades Pesqueiras Locais;
- Realização do Fórum de Desenvolvimento e Sustentabilidade da Pesca Artesanal no Baixo Sul;
- Projeto de Maricultura artesanal: peixes, camarão, ostras e algas. Viveiro de camarões (fase de produção) e criação de ostras (fase de pesquisa);
- Participação na discussão, na articulação e na luta para criação do Defeso do Caranguejo.

Comissão CORAL

Atuando no arquipélago de Tinharé desde dezembro de 2001, tem como principal missão "Restabelecer o equilíbrio entre o homem e o meio ambiente, criando alianças estratégicas entre diferentes grupos de capacidade e ação, unindo esforços por uma abordagem coordenada e sistemática das implicações na realização de projetos de conservação dos ecossistemas e de desenvolvimento sustentável a partir do Arquipélago de Tinharé, dentro dos princípios participativos, e apoiados pela comunidade científica."

Já conclui os seguintes trabalhos:

- Operação Patachoca (iniciativa do Baiacu de Espinhos): sensibilização da comunidade sobre captura de caranguejos azuis (Guaiamus) na época da desova;

- Monitoramento e ação judicial para controle da poluição sonora no Morro de S. Paulo (parceria com a Promotoria Pública);
- Seminário de Turismo Sustentável com comunidades do arquipélago (330 pessoas);
- Projeto Líder Cidadão (parceria com SEBRAE): cidadania;
- Oficina de capacitação em TV comunitária e produção do vídeo: “Morro de Saudades”, resgate do patrimônio cultural;
- Desocupação de invasores de uma área de proteção permanente junto com IBAMA, Promotoria pública, Polícias Civil e Militar e discussão de um projeto para recuperação da área degradada.

Possui, ainda, os seguintes projetos e ações em andamento:

- Acompanhamento de todas as ações jurídicas e judiciais de cunho ambiental com as Promotorias Públicas;
- Estudo de quantificação e qualificação dos resíduos sólidos nas diferentes estações de tratamento no Morro de São Paulo (parceria com UNEB);
- Inspeção da Estrada Morro-Zimbo e monitoramento das ações mitigadoras;
- Inventário Turístico e Plano de ação do Turismo de Morro de S. Paulo;
- Projeto pré-selecionado (TAC com empresas petrolíferas): “Turismo e Patrimônio Ambiental”, que envolve uma ação de enredamento das comunidades do Baixo-Sul com TV Comunitária, e estudos temáticos e ações continuadas para formação de um conselho consultivo e implementação efetiva da APA Tinharé-Boipeba.

IDEIA - Instituto de Defesa, Estudo e Integração Ambiental

O IDEIA é uma instituição de âmbito nacional, com prioridade para a região do Baixo Sul da Bahia. Atua desde julho de 2002 e tem como objetivo a “Busca permanente da sustentabilidade ambiental, com fundamentos na conservação da biodiversidade, nas ações de interação entre o meio ambiente e o ser humano em suas manifestações sócio-econômicas e culturais, no uso racional dos recursos naturais, promovendo o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, respeitando e fazendo respeitar todos os princípios do direito do ambientalmente previstos”.

Seus principais trabalhos são:

- Projeto submetido para Empresas Petrolíferas para compensação sócio ambiental dos impactos gerados pela pesquisa na Baía de Camamu. O projeto “Cidadania Ambiental” prevê educação ambiental com diversos atores sociais para capacita-los no monitoramento e defesa de impactos ambientais e formação de vários núcleos nos diversos municípios do Baixo Sul com composição de um núcleo regional.
- Projeto em discussão interna: Georeferência e caracterização dos fragmentos florestais do domínio da Mata Atlântica no Baixo Sul. Inventário das reservas legais das propriedades rurais do Baixo Sul para proposição de Implementação, Averbação e Conexão das Reservas Legais no Baixo Sul.

AMABO - Associação de Moradores e Amigos de Boipeba

A AMABO atua na Ilha de Boipeba desde 1995. Sua missão é melhorar a vida da população da Ilha de Boipeba e proteger o meio ambiente. Já concluiu os seguintes trabalhos:

- Distribuição de material informativo para os visitantes da Ilha;
- Organização do seminário “Liderança, Organização e Planejamento” (parceria com o IDES);
- Elaboração da proposta DESIBO - Desenvolvimento Sustentável da Ilha de Boipeba
- Elaboração de uma proposta de Educação Ambiental e Gestão Participativa para as ilhas de Tinharé e Boipeba (parceria com o CRA);
- Realização de vídeo sobre Desenvolvimento Sustentável e Ecoturismo (apoio da TV Bahia);
- Criação da homepage para mostrar a atuação da população local na preservação ambiental e ordenamento das atividades turísticas;
- Construção de um atracadouro no povoado Velha Boipeba (parceria com a CAR);
- Elaboração do Plano de Desenvolvimento Local (parceria com o SEBRAE);
- Recuperação do Telhado da Igreja Local.

Instituto Promar de Desenvolvimento Sustentável da Península de Maraú

O Promar atua especificamente na Península de Maraú desde 1997. Desenvolveu os seguintes trabalhos:

- Participação ativa na criação da APA Península de Maraú – Uma das primeiras apas municipais do Brasil.
- Participação na articulação da viabilização dos estudos que serviram de base no diagnóstico sócio-ecológico do Zoneamento Ambiental da Península de Maraú.
- Suporte logístico a um trabalho de mestrado de uma aluna da UESC. Tal pesquisa era referente à capacidade apícola do mangue. O projeto deve uma duração de 1 ano.
- Contribuição de forma ativa (logística e acompanhamento) na elaboração do Roteiro Ecoturístico da Costa do Dendê. (Bahiatursa).
- Projeto de eletrificação: substituição de combustíveis fósseis. Esta eletrificação foi uma parceria da CAR, Prefeitura de Maraú e o Promar.

O Corredor Central da Mata Atlântica¹¹

As chances de sobrevivência da biodiversidade em longo prazo aumentam significativamente com o estabelecimento de um planejamento para conservação em escala regional ou que contemple grandes unidades de paisagem. Dentre as várias abordagens possíveis, aquela dos “Corredores de Biodiversidade” representa uma das mais promissoras para um planejamento regional eficaz. A Mata Atlântica, um dos 25 *hotspots* mundiais

¹¹ Uma descrição sobre o programa e o conceito de corredores ecológicos, adaptado do texto Corredores de Biodiversidade: O Corredor Central da Mata Atlântica de Fonseca et alii (2003).

(Myres *et al.*, 2000), ou regiões biologicamente mais ricas e ameaçadas do planeta, necessita com urgência desta escala mais ambiciosa de planejamento para sua conservação.

O planejamento de corredores de biodiversidade tem como objetivo reverter a situação crítica de contínua fragmentação e isolamento de florestas nessa que é uma região marcada pela riqueza de espécies raras ou endêmicas.

Um “corredor de biodiversidade” ou “corredor ecológico” compreende uma rede de parques, reservas e outras áreas de uso menos intensivo, que são gerenciadas de maneira integrada para garantir a sobrevivência do maior número possível de espécies de uma região. Esses termos passaram a ser conhecidos no Brasil associados às propostas para conservação em larga escala de áreas-chave na Amazônia e Mata Atlântica, no Projeto Parques e Reservas do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras – PPG/7 (Ayres *et al.* 1997). Enquanto alguns estudos científicos utilizam o termo “corredor” em relação a faixas de vegetação ligando blocos maiores de habitat nativo, aqui o termo é usado como uma unidade de planejamento regional que compreende um mosaico de uso das terras.

Sob uma perspectiva biológica, o objetivo principal do planejamento de um corredor de biodiversidade é manter ou restaurar a conectividade da paisagem e facilitar o fluxo genético entre populações, aumentando a chance de sobrevivência em longo prazo das comunidades biológicas e de suas espécies componentes. Para atingir esse objetivo são necessárias a criação de áreas protegidas adicionais, a introdução de estratégias mais adequadas de uso da terra e a restauração de trechos degradados em áreas-chave. Mosaicos com múltiplos usos da terra em uma paisagem manejada podem permitir o movimento de populações por meio de “ligações” entre florestas próximas. Sob uma perspectiva institucional, a estratégia do corredor procura melhorar o manejo de áreas protegidas, criar a capacidade de manejo na região e promover pesquisas biológicas e sócio-econômicas que ajudem a reduzir a ameaça de extinção de espécies. As aspirações das comunidades e lideranças locais devem ser levadas em consideração como elementos-chave na equação da conservação, para garantir a sustentabilidade em longo prazo de parques e reservas.

A abordagem dos Corredores de Biodiversidade é utilizada para endereçar as diferentes escalas de proteção ambiental, desde a local até a regional, utilizando-se de métodos que assegurem a seleção criteriosa de porções suficientemente grandes de ambientes naturais, buscando-se representar diferentes ecossistemas e também manter ou incrementar os níveis de conectividade entre as diferentes áreas. Mas requer-se também que a interferência humana nas unidades de conservação (entendidas como de proteção integral) ou nos núcleos protegidos de outras categorias de manejo, deva ser mantida em níveis mínimos, já que estes representam as vértebras de sustentação do sistema.

Bases Conceituais dos Corredores de Biodiversidade

Em biologia da conservação, ramo que se dedica à pesquisa sobre o declínio e eventual colapso de populações e espécies, além da busca de soluções que minimizem esse processo, os corredores de biodiversidade têm a função primordial de proporcionar vias de intercâmbio e incrementar as possibilidades de movimento de indivíduos pertencentes a populações que se encontram, em maior ou menor grau, isoladas em áreas de hábitat mais propício à sua sobrevivência. É preciso ressaltar, entretanto, que mesmo paisagens fragmentadas oferecem oportunidades de movimentação de organismos.

É válido também notar que, em diversas circunstâncias, a estratégia “corredor” não pressupõe qualquer ação de incremento no grau de conectividade entre porções de paisagem. Os grandes carnívoros, como por exemplo a onça-pintada (*Panthera onca*) e a onça-parda (*Puma concolor*), são extremamente adaptáveis quanto aos seus padrões alimentares e de uso de hábitat, se distribuindo amplamente desde a América do Norte até o sul do nosso continente. São assim capazes de se deslocar ao longo de ambientes já perturbados pela atividade humana, sendo o problema mais grave a caça predatória a que estão sujeitas as suas populações. A efetiva proteção dessas espécies ao longo de áreas estratégicas, localizadas entre unidades de conservação ou grandes blocos de hábitat propícios à sua sobrevivência, se constituiria em um mecanismo mais eficiente e menos oneroso do que se buscar conectar fisicamente esses elementos da paisagem. Em vários outros casos, essas estratégias do tipo “salvo-conduto” podem ser bastante eficazes para se permitir o intercâmbio gênico e o resgate demográfico de populações declinantes.

Os corredores não necessariamente possuem condições de abrigar populações viáveis em longo prazo, mas podem elevar as probabilidades de sobrevivência do conjunto das populações isoladas de uma determinada espécie (conhecido como “meta-população”). De acordo com a teoria ecológica contemporânea, a probabilidade de sobrevivência de uma meta-população encontra-se geralmente inversamente relacionada ao grau de isolamento dos seus elementos constituintes (as diversas populações). O estabelecimento de corredores de ligação entre populações isoladas seria, pois uma estratégia de minimização dos riscos de extinção da espécie como um todo. Como mencionado anteriormente, vale ressaltar que a ausência de zonas de contato físico entre fragmentos não significa que determinado arquipélago de remanescentes seja impermeável ao intercâmbio. Um conjunto de pequenos fragmentos isolados, porém próximos, pode efetivamente proporcionar vias de acesso, funcionando como *stepping stones*.

Assim sendo, o desenho dos Corredores de Biodiversidade do PPG-7 e do projeto aqui descrito, têm como um dos seus objetivos específicos, dentre vários outros, a manutenção ou o incremento do grau de conectividade através de ações que permitam a maximização (ou a minimização do grau de resistência) do fluxo de indivíduos das diferentes espécies que compõem as comunidades florísticas e faunísticas. Essas ações incluem o combate à caça ilegal, a criação de novas unidades de conservação públicas e privadas, o estímulo à conservação de áreas florestais estrategicamente situadas, e o incentivo à regeneração natural ou induzida de florestas.

Mas, somente o estabelecimento de corredores não assegura que as reservas isoladas irão cumprir o seu papel de preservar as espécies nelas contidas. Dados empíricos gerados em diferentes ecossistemas tropicais indicam que, mais do que o isolamento, a superfície total do fragmento é a variável mais importante no número final de espécies presentes em uma determinada área. Se o grau de exposição da reserva ao ambiente circundante é muito alto, o seu tamanho efetivo será progressivamente reduzido pela deterioração do hábitat a partir de suas margens externas. De modo a enfrentar esse problema, têm-se advogado o estabelecimento de “zonas-tampão” circundando o fragmento ou área protegida. As zonas-tampão, por sua vez, podem funcionar também como corredores. Essa estratégia constituiu-se na essência do programa das Reservas da Biosfera da UNESCO, proposto no início dos anos 80.

Portanto, os níveis de biodiversidade (mensurados em número de espécies) de um determinado fragmento não dependem somente do grau de isolamento, mas de outras variáveis também relevantes, como por exemplo, o tamanho ou área efetiva do remanescente. Ainda de acordo com Forman (1995), enquanto os grandes fragmentos são bastante importantes para a manutenção da biodiversidade e de processos ecológicos em larga escala, os pequenos remanescentes cumprem diversas funções extremamente relevantes ao longo da paisagem. Dentre estas se pode mencionar o seu papel de elemento de ligação (*stepping stones*) entre grandes áreas, de auxiliar no aumento no nível de heterogeneidade da matriz de hábitat, e de refúgio para espécies que requerem ambientes particulares que só ocorram nessas áreas.

Ao longo do seu desenvolvimento, os projetos de Corredores de Biodiversidade terão que buscar o desenvolvimento de estratégias que lidem com essas diversas variáveis. Dada a complexidade do desafio, os Corredores de Biodiversidade possuem qualidades que transcendem as funções de estabelecer-se vias de trânsito e intercâmbio entre populações, e de minimizarem-se os impactos externos sobre as áreas protegidas. De acordo com Wiens (1996), esse tipo de abordagem "...reconhece que nem todas as áreas de hábitat apropriado serão ocupadas naquele momento por uma determinada espécie, e que áreas desocupadas podem ter um valor significativo para a conservação." Além disso, "...requer uma avaliação empírica sobre como os padrões da paisagem e os movimentos individuais das espécies interagem resultando em um nível de conectividade que promove a dinâmica das metapopulações." Na realidade, se bem sucedido, as regiões-alvo dos projetos dos Corredores de Biodiversidade no Brasil, em sua maioria, irão se constituir em mosaicos de áreas naturais compostos por áreas biologicamente prioritárias, protegidas do impacto negativo das atividades antrópicas, juntamente com a totalidade da paisagem circundante sob diferentes padrões de uso da terra, determinados pelas práticas de manejo mais apropriadas à realidade sócio-econômica local, além de sua importância para a biodiversidade.

O desenho proposto para o Corredor Central da Mata Atlântica flexibiliza as categorias rígidas, estanques e permanentes de regulação do uso da paisagem, adequando-as à dinâmica ecológica, permitindo o aprimoramento do sistema na medida em que informações mais precisas são geradas. O exemplo recente da conversão da Estação Ecológica de Mamirauá em Reserva de Desenvolvimento Sustentado, após vários anos de estudos ecológicos, econômicos e sociais, ilustra bem esse novo enfoque. O Corredor Central da Mata Atlântica deve, portanto, deixar de lado os enfoques que privilegiam áreas isoladas para uma nova estratégia de "manejo dinâmico e integrado da paisagem", favorecendo abordagens que levem em consideração a dinâmica da paisagem e as inter-relações entre áreas protegidas. A aplicação de modelos biogeográficos revela claramente que a conservação de extensões mais amplas de ecossistemas naturais será essencial para tornar o sistema ecologicamente viável.

O Corredor Central da Mata Atlântica

O planejamento de corredores é feito em escala regional, podendo se estender por centenas de quilômetros para incluir áreas protegidas, habitats naturais remanescentes e suas comunidades ecológicas. O Corredor Central compreende cerca de 80% da biorregião "Bahia", uma das sub-regiões biogeográficas da Mata Atlântica propostas por Silva & Casteleti (2001). As regiões biogeográficas da Mata Atlântica foram delimitadas a partir da sobreposição dos mapas com a distribuição das espécies de aves passeriformes endêmicas

da região com os centros de endemismo identificados para primatas e borboletas florestais. As áreas de endemismo são sub-regiões caracterizadas pela presença de um conjunto único de espécies endêmicas que apresentam grande sobreposição em suas distribuições. Isso permitiu a identificação dos núcleos das regiões consideradas como áreas de endemismo. O mapa de vegetação do IBGE, baseado nos dados do projeto RADAMBRASIL, foi utilizado para delimitar as bordas entre as regiões biogeográficas, principalmente entre aquelas regiões consideradas como áreas de endemismo e aquelas consideradas como áreas de transição, pois nem sempre a borda entre esses dois tipos de regiões pode ser claramente definido com base na distribuição das espécies. A biorregião “Bahia” possui 120,954 km² e estende-se desde Sergipe até o Espírito Santo. O Corredor Central da Mata Atlântica compõe a porção centro-sul dessa região biogeográfica, limitando-se ao norte pelo rio Jiquiriçá, onde se inicia o agrossistema do baixo-sul da Bahia, estendendo-se pela região cacauzeira tradicional, extremo sul da Bahia e centro norte do Estado do Espírito Santo (Figura 1). Alguns trechos penetram em áreas do Estado de Minas Gerais. Os limites do Corredor Central vêm sendo aperfeiçoados e, de qualquer forma, os limites não se pretendem definitivos, podendo ser objeto de adequações e refinamentos, em resposta ao incremento do conhecimento e à realidade regional.

Este corredor representa um dos principais centros de endemismo da Mata Atlântica como descrito, por exemplo, para plantas, borboletas e vertebrados de um modo geral (Müller, 1973; Prance, 1982; Brown Jr., 1975; Kinzey, 1982). A região possui várias áreas indicadas como prioritárias para conservação da biodiversidade do bioma (Conservation International do Brasil *et al.*, 2000) e detém ainda dois dos maiores recordes de diversidade botânica em todo o mundo, em floresta próxima ao Parque Estadual da Serra do Conduru (Thomas *et al.*, 1998), e na região serrana do Espírito Santo (Thomas & Monteiro, 1997). O Corredor abriga também grande diversidade de espécies de vertebrados, incluindo mais de 50% das espécies de aves endêmicas da Mata Atlântica, como o gênero endêmico monotípico recentemente descrito - o graveteiro acrobata (*Acrobatornis fonsecai*), e 60% das espécies endêmicas de primatas da Mata Atlântica, como é o caso do mico-leão-de-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*) e o macaco-prego-do-peito-amarelo (*Cebus xanthosternos*).

A partir do início desta década de 90, a região sul da Bahia vem recebendo mais atenção no contexto da conservação, pela aceleração dos desmatamentos provocados pela crise na lavoura cacauzeira. A região é a maior produtora de cacau no Brasil, através de um sistema agroflorestal designado localmente por *cabruca*. A área total ocupada com o cultivo de cacau abrange cerca de 650,000 hectares, sendo 70% sob o sistema de *cabruca*. Apesar de apresentar uma perturbação significativa, a floresta de *cabruca* possui uma grande variedade de plantas e animais nativos e contribui para conexão de áreas protegidas e remanescentes florestais da região (Moura, 1999). Além de uma queda brusca no preço do cacau no mercado internacional, a expansão do fungo *Crinipellis pernicioso*, causador da doença conhecida vassoura-de-bruxa vem destruindo muitas plantações antes produtivas. Para compensar os prejuízos da lavoura, muitos fazendeiros optaram pela exploração da madeira de suas reserva de matas e das *cabrucas*, inclusive com substituição das *cabrucas* por café e pastagens para criação de gado (Rocha, 2002). O desemprego de trabalhadores rurais, também gerado pela crise, eleva a população de lavradores sem terra, o que por sua vez aumenta a pressão sobre as áreas de floresta (Alger & Caldas, 1996).

Todo o território de Espírito Santo está situado na Mata Atlântica e, proporcionalmente, este é o estado que apresenta a maior devastação. Pastagem, café e eucalipto substituíram a maior parte das florestas do estado. Restam apenas 8.4% da mata original, que se apresenta fragmentada na sua maioria. Dos cerca de 380.000 hectares da mata nativa no Espírito Santo, apenas 19% ou, aproximadamente, 70.000 hectares (2% do território do estado) se encontram sob unidades de conservação de proteção integral (parques, reservas e estações ecológicas), ou seja, a maioria dos remanescentes florestal no estado constitui propriedade privada.

Uma análise da rede de unidades de conservação dos estados de Bahia e Espírito Santo, considerando a área do Corredor Central da Mata Atlântica, indica claramente que o atual sistema não é geográfica e ecologicamente bem distribuído. O Corredor Central possui 41 unidades de conservação de proteção integral, representando menos de 2% de proteção oficial do seu território. Além disso, é preocupante o tamanho médio de 3.200 hectares por unidade de conservação na região, indicando a necessidade de criar novas unidades e expandir as já existentes. No extremo sul da Bahia encontra-se um dos blocos mais importantes de mata do Corredor Central, compreendendo quatro parques nacionais: Descobrimento, Monte Pascoal, Pau-Brasil, e Abrolhos, protegendo um total de cerca de 50.000 hectares de mata e 90.000 hectares de áreas marinhas. As pequenas bacias hidrográficas protegidas por estes parques nacionais são extremamente importantes não só para a biodiversidade da Mata Atlântica, como também para os recifes de coral e outros ecossistemas marinhos no Banco de Abrolhos e no Parque Nacional Marinho de Abrolhos, a zona mais rica em recifes de coral no Atlântico Sul. Na porção do Corredor no Espírito Santo, encontra-se também uma das principais seções de floresta ombrófila densa na tipologia da Mata de Tabuleiros, criada pela ligação da Reserva Biológica de Sooretama à Reserva Florestal de Linhares, totalizando cerca de 44.000 hectares.

Ferramentas para o Planejamento do Corredor

Várias abordagens estão sendo utilizadas para o planejamento do Corredor Central da Mata Atlântica, que inclui informações variadas: biológicas, sociais, econômicas e legais. As avaliações biológicas e sociais fornecem uma base sólida de conhecimentos sobre a diversidade e a distribuição de espécies dentro dos corredores, fato essencial para o planejamento da conservação da biodiversidade, e para compreensão da relação entre as comunidades locais e a floresta. Estudos sobre grupos taxonômicos considerados indicativos da qualidade do habitat têm como objetivo investigar a diversidade de espécies, riqueza e composição desses grupos em remanescentes florestais no Corredor de Biodiversidade, verificando o grau de substituição de espécies nos fragmentos florestais ao longo do latitudinal e longitudinal. O Programa de Avaliação Rápida (RAP) também pode ser utilizado como uma ferramenta importante na abordagem integrada para a coleta de dados básicos de natureza biológica para o estabelecimento de áreas protegidas nos corredores de biodiversidade (Fonseca, 2001).

A avaliação econômica é usada para determinar o valor financeiro de habitats críticos e entender os incentivos que resultam em ameaças à biodiversidade. São analisados estes incentivos para antecipar e atenuar as ameaças, melhorar as estratégias de conservação e elaborar programas efetivos para manejo de recursos e aplicação de leis. A avaliação econômica também tenta exercer influência na criação de políticas de infraestrutura e

desenvolvimento, apresentando objetivos conservacionistas numa linguagem econômica clara e de fácil entendimento para os tomadores de decisão e agências de desenvolvimento.

O mapeamento de paisagens e análises das mudanças no uso da terra ajudam a medir o grau de desflorestamento em ambientes tropicais. Estas mudanças são detectadas em três escalas espaciais (local, microrregião e corredor) para enfatizar áreas onde a conversão de florestas primárias está ocorrendo mais rapidamente. O poder dos dados de sensoriamento remoto, que incluem imagens de satélite e fotografias aéreas, se deve a sua habilidade de fornecer informações rápidas sobre a dinâmica da paisagem.

Por fim, outra abordagem envolve a avaliação de políticas públicas para auxiliar no planejamento de corredores em suas questões legais, uma vez que direitos de propriedade e de ocupação da terra mal definidos, falhas na legislação relativa a recursos naturais e a áreas protegidas e conflitos entre autoridades de várias jurisdições representam grandes ameaças para a implementação de um corredor de biodiversidade. Para corredores em áreas relativamente intactas, a ênfase é dada na avaliação dos recursos naturais nacionais e na legislação de áreas protegidas. Em áreas com grande densidade populacional, como é o caso do Corredor Central da Mata Atlântica, a ênfase legal é mais focalizada nos direitos de propriedade e ocupação da terra e nas autoridades que tomam as decisões locais.

O Futuro do Corredor Central da Mata Atlântica

A proposta para a formação do Corredor Central da Mata Atlântica tem como um de seus objetivos a geração de cenários alternativos para a manutenção ou o incremento do grau de conectividade através de ações que permitam a maximização do fluxo de indivíduos (ou minimização do grau de resistência) das diferentes espécies que compõem as comunidades florísticas e faunísticas. Informações produzidas por esse projeto devem ser integradas e analisadas em várias escalas para o planejamento do Corredor. O projeto é considerado ambicioso, mas a dinâmica da ameaça na região também se reveste de uma magnitude sem precedente. Resta enfrentar o problema ou deixar-se reduzir a ações pontuais de resistência. As iniciativas estão sendo implementadas por etapas, especialmente a partir de seus núcleos de manejo, como o coração da região cacaueteira e a rede de parques nacionais no extremo sul da Bahia.

Estão sendo examinados a viabilidade de uma série de instrumentos e políticas que possibilitem a formação do Corredor, que além de cumprir os requerimentos mínimos de viabilidade ecológica descritos anteriormente, possam também ser passíveis de controle e fiscalização, e que idealmente sejam aqueles de menor custo financeiro, aproveitando o custo-oportunidade associado ao valor da terra na região. Esses instrumentos incluem, dentre outros, a aquisição direta de terras de alto valor biológico, a compra de *conservation easements* (instrumento similar aos incentivos associados as RPPNs, em utilização em vários países, em particular na Costa Rica), o subsídio periódico para a não-utilização da terra (um exemplo sendo o mecanismo do ICMS Ecológico, em operação em outros estados da federação), impostos sobre produtos gerados através de práticas ambientalmente danosas, introdução de “direitos negociáveis de desenvolvimento” como vem sendo discutido na revisão do código florestal, a venda de serviços ecossistêmicos associados ao seqüestro de carbono, além dos mecanismos de comando e controle usuais, como multas e outras penalidades associadas ao não cumprimento de dispositivos que proíbem o desmate da reserva legal da propriedade e das florestas em áreas com declive acentuado.

A utilização de corredores de biodiversidade como unidades de planejamento nos permite algo difícil de obter com o planejamento na escala de unidades de conservação e zonas-tampão isoladas: o direcionamento de recursos que produzam o máximo de resultados positivos à conservação, com o custo mínimo para a sociedade. Essa abordagem é fundamentalmente diferente daquela minimalista, das “áreas mínimas”, defendida no passado, que não tratava suficientemente dos problemas relativos ao isolamento e fragmentação, e nem considerava o quanto os instrumentos de política econômica podem ser mais eficientes, se empregados na manutenção de paisagens mais adequadas à conservação da biodiversidade.

Recomendações e Conclusões

A Costa do Cacau está vivendo um momento muito interessante que precede ações de planejamento e investimentos públicos e privados sob ordenamento do PRODETUR NE II. Em 2003, as chances de uma integração positiva ao turismo são maiores do que em 1995, quando o PRODETUR I teve início em outras regiões turísticas do Nordeste.

Ao mesmo tempo, esta Zona Turística, em virtude das estradas já pavimentadas nos anos noventa e do poder de atração da Costa entre Ilhéus e Itacaré, aliado a relativa pequena distância dos centros urbanos do Centro do Brasil, a exemplo de Brasília, Goiânia, Belo Horizonte, Salvador e cidades médias e pequenas próximas, já tem no turismo importante fonte de receita e de motivação urbana. As conseqüências disso são principalmente ligadas a uma expansão urbana no sentido litorâneo, principalmente em Ilhéus, Canavieiras, Itacaré e Serra Grande, com todos os efeitos negativos deste fenômeno.

O valor futuro desta costa está ligado, portanto, a uma rigorosa ação ordenadora dos espaços urbanos e litorâneos, com severas restrições a novos loteamentos de alta densidade (com lotes inferiores a 400 m²), ações de saneamento básico, coleta seletiva de lixo, aterros sanitários e integridade paisagística dos centros urbanos de valor histórico, a exemplo de Canavieiras e Itacaré. Considerando a fragilidade e o potencial da legislação federal para a descentralização das ações ambientais no nível municipal, o PRODETUR NE II deve considerar o poder de realização e missão do terceiro setor, com capacidade de agir de forma interdependente do poder público municipal, desde que integrado às políticas estadual de turismo e ambiental no nível federal.

Ao mesmo tempo em que as condições ambientais se tornam elemento crítico para a sustentabilidade do turismo nesta região, também o quadro sócio-econômico merece especial atenção. Os indicadores de educação, saúde, moradia, saneamento básico, emprego e níveis de renda apresentam-se problemáticos, por conta do inchamento das cidades costeiras em decorrência da crise da cultura do cacau. Um exemplo claro é o Município de Ilhéus: como um pólo de atração regional, a cidade é muito vulnerável a ocupação de manguezais e encostas por trabalhadores desempregados e/ou excluídos. Este quadro se repete em outras zonas de periferia das cidades litorâneas, como Itacaré. Sinais de prostituição infantil, resultado da miséria social e ausência de fiscalização coibitiva, são evidentes, a partir de depoimento de líderes e comerciantes locais.

Em que pesem as dificuldades sócio-econômicas presentes no litoral, muitas delas remediadas pelo turismo de qualidade, é visível o potencial do Corredor Central da Mata Atlântica de estabelecer uma agenda de longo prazo nestas zonas turísticas capaz de

assegurar padrões elevados de qualidade ambiental, associados à atividade ecoturística. E esta integração de políticas necessitará de um novo arranjo administrativo e técnico, transversal aos poderes constituídos, permeando governos federal, estadual, municipal, setor privado e de forma destacada a sociedade civil instituída no terceiro setor social e ambiental.

A Costa do Dendê apresenta um amplo potencial para o desenvolvimento de um turismo sustentável, tanto nas áreas costeiras como nas cidades estuarinas e região rural serrana. O imenso patrimônio ambiental, a rica história regional associada à colonização do Brasil e uma cultura popular dinâmica e diversificada, com raízes no Brasil Colônia, fazem da Costa do Dendê um importante destino turístico nordestino. Infelizmente, até o momento o turismo tem se desenvolvido de modo espontâneo, sem uma perspectiva de planejamento, seja público ou privado. A velocidade do crescimento turístico se deu em níveis exponenciais, notadamente em Morro de São Paulo, carecendo de um intenso trabalho ordenador emergencial, a fim de assegurar a sustentação da qualidade ambiental e da imagem desta Zona Turística.

A falta de experiência e domínio técnico do poder público local no ordenamento territorial representa um risco sério para as Áreas de Proteção Ambiental já criadas. Ao mesmo tempo, a cultura política regional do interesse privado prevalecer sobre o interesse público, cristalizado nas práticas e leitura coletiva da administração pública, têm sido uma constante nos comentários da sociedade civil regional, destacando como esta cultura tem ameaçado o patrimônio ambiental e cultural desta costa. O papel articulador e conservacionista do terceiro setor será determinante para este planejamento local, cabendo ao Estado e aos Municípios uma gestão de modo a potencializar positivamente a capacidade existente na sociedade civil organizada, inclusive na execução de programas de qualificação do turismo e valorização ambiental regional.

No âmbito das Áreas Protegidas, a criação ao longo da década de noventa de um conjunto de APAs ainda carece de uma implementação consistente. Ao mesmo tempo, estudos serão necessários para avaliar oportunidades para a criação de outras unidades de conservação, incluindo as de proteção integral, associando conservação da paisagem, biodiversidade, sustentabilidade dos atrativos naturais e conservação de recursos naturais estratégicos como a água. O destaque aos ecossistemas costeiros requer, num segundo momento, a priorização de ecossistemas de floresta ombrófila presentes nas serras, já identificada em Camamu, Nilo Peçanha, Valença, Marau e Ituberá.

Os conflitos entre atividade turística e meio ambiente estão se concentrando até o momento no comprometimento de ambientes naturais submetidos à expansão urbana desordenada, poluição de rios e nascentes pelo esgotamento sanitário não planejado e na ausência de uma operação turística profissional que regule o fluxo turístico ao longo do ano. Este último problema, comum em outros destinos turísticos brasileiros, resulta em uma forte sazonalidade associada a picos de ocupação turística em poucos dias do ano, comprometendo a qualidade e sustentação dos serviços turísticos. Chama a atenção, neste item, a falta de serviços com o conceito de ecoturismo nesta região. A ênfase nos atrativos naturais, como se verifica em Boipeba e Morro de São Paulo ou Marau, não é acompanhada por roteiros e conteúdo para as visitas que potencializem o valor da biodiversidade regional, a conservação dos atrativos e uma perspectiva educativa em meio ambiente, como se recomenda em destinos turísticos com este perfil.

As medidas para recuperação da qualidade ambiental, associadas ao turismo, podem ser identificadas no saneamento básico das cidades e vilas turísticas, de modo a garantir o bom estado de balneabilidade das praias e qualidade dos estuários. O ordenamento territorial, a ser estimulado quando da implementação das APAs, requer arranjos administrativos envolvendo conselhos gestores e/ou Conselhos de Meio Ambiente, que dão maior transparência e legitimidade para decisões duras do poder público local. O caso de Valença, com o Condema, representa uma forte referência para outros municípios desta costa.

A incompatibilidade entre turismo e exploração de petróleo tem sido outro ponto de sério conflito nesta costa. Ambientalistas e pousadeiros, pescadores e o Ministério Público de vários municípios têm vivenciado um conjunto de audiências públicas. Recentemente, estudos sísmicos e explorações de petróleo em caráter experimental têm sido apontados como principais suspeitas de uma ampla mortandade de peixes entre Barra do Carvalho, em Ituberá, e Ponta do Ramo, em Ilhéus. Medidas de compensação ambiental, ações preventivas e medidas de adequação desta atividade de modo a minimizar riscos sobre a paisagem e qualidade ambiental dos estuários são vistas como prioridade neste momento de licenciamento ambiental de empresas como Petrobrás e El Paso.

Em conclusão, a Costa do Dendê apresenta uma oportunidade rara com o PRODETUR NE II de qualificar-se para o aperfeiçoamento do turismo, sendo decisivo no futuro a capacidades das instituições públicas e privadas de construir consensos em uma estratégia regional para o turismo. A profissionalização, a transparência e o planejamento regional serão elementos chaves para esta estratégia.